INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Crenças sobre o abuso sexual infantil e a intenção de prevenção do abuso sexual em professores de Educação Moral Religiosa e Católica em Portugal

Beatriz do Nascimento Estevão Pires

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Professora Doutora Joana Dias Alexandre, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador:
Professor Doutor Ricardo Nuno Serralheiro Gonçalves Barroso, Professor Associado
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

outubro, 2024

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Crenças sobre o abuso sexual infantil e a intenção de prevenção do abuso sexual em professores de Educação Moral Religiosa e Católica em Portugal

Beatriz do Nascimento Estevão Pires

Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:
Professora Doutora Joana Dias Alexandre, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador:
Professor Doutor Ricardo Nuno Serralheiro Gonçalves Barroso, Professor Associado
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

outubro, 2024

À minha família e amigos,

que sempre acreditaram em mim,

e me motivaram a nunca desistir dos meus sonhos,

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero expressar a minha profunda gratidão à minha orientadora, Dra. Joana Alexandre, pela sua orientação constante, paciência e conhecimentos que contribuíram para a realização deste trabalho. Quero agradecer por todas as chamadas, mensagens de apoio e reuniões noturnas que me motivaram a não desistir. Obrigada por todo o apoio.

Agradeço também aos participantes do estudo, por terem tirado um pouco do seu tempo para partilhar as suas opiniões e experiências. Sem a vossa colaboração, este trabalho não seria possível.

Aos meus pais e à minha família, agradeço o apoio incondicional, a compreensão e incentivo ao longo de toda esta etapa. Um enorme obrigada por terem acreditado sempre em mim e nas minhas capacidades mesmo quando eu própria não acreditei.

Às minhas amigas de longa data, Carolina e Margarida, que tal como eu, partilham o sonho de se tornarem psicólogas. Agradeço-vos por toda a motivação, inspiração e força que me deram. Obrigada por estarem sempre do meu lado, vocês são incríveis.

Gostaria ainda de agradecer à Diana, ao Pedro, ao Roberto, ao António e à Beatriz, pessoas extraordinárias que conheci no ginásio e que rapidamente se tornaram uma parte essencial da minha vida. Nos momentos em que o peso do trabalho e da ansiedade parecia demasiado, eles estiveram ao meu lado, ajudando-me a relaxar, a rir e a esquecer as preocupações, nem que fosse por breves momentos. Gosto um bocadinho de vocês.

Por fim, a todos os que contribuíram para que este projeto se tornasse realidade, o meu mais sincero agradecimento.

Resumo

A problemática do abuso sexual infantil (ASI) é extremamente complexa e apresenta uma prevalência significativa por todo o mundo, podendo ocorrer em diferentes contextos. O ASI por membros da Igreja Católica tem sido objeto de crescente interesse nas últimas décadas. Tendo em consideração a severidade e a extensão do fenómeno, torna-se crucial que sejam desenvolvidos e implementados programas de prevenção do abuso sexual, em contextos que envolvam a Igreja Católica e que sejam contextos privilegiados de intervenção com crianças/jovens, mas para os quais os adultos facilitadores se sintam capazes. Pretendeu-se assim compreender em que medida as crenças associadas ao ASI estavam associadas à intenção de adotar medidas preventivas, recorrendo a uma amostra de professores de EMRC. Para o efeito, foi elaborado um questionário para medir a intenção e aplicadas as seguintes escalas para aceder às crenças dos participantes: Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) de Machado et al., (2000) e o Questionário Sobre Abuso Sexual de Crianças – Fatores Desencadeadores/Facilitadores, de Manutenção e Resolução (QCSAFMR) de Alberto et al., (2008). Os resultados indicam uma associação negativa entre as crenças que legitimam o abuso sexual infantil e a intenção de adotar medidas preventivas, e uma associação positiva entre as crenças relacionadas com a resolução de situações sexualmente abusivas e a intenção de aplicação de materiais e programas de prevenção do abuso sexual infantil. Este estudo vem contribuir para uma melhor compreensão sobre a relação entre crenças sobre abuso sexual infantil e a intenção de agir em termos preventivos.

Palavras-chave: abuso sexual infantil; prevenção; intenção; educação moral religiosa e católica; professores

Classificação PsycInfo Codes: 2900 Processos sociais e questões sociais; 2920 Religião

Abstract

The issue of child sexual abuse (CSA) is extremely complex and shows significant prevalence worldwide, occurring across various contexts. CSA by members of the Catholic Church has garnered increasing interest in recent decades. Given the severity and extent of this phenomenon, it is crucial to develop and implement prevention programs for sexual abuse within contexts involving the Catholic Church, especially in settings where intervention with children and youth is prioritized, and where facilitators feel capable of supporting these efforts. This study aimed to understand the extent to which beliefs associated with CSA were linked to the intention to adopt preventive measures, using a sample of EMRC (Moral and Religious Catholic Education) teachers. To achieve this, a questionnaire was designed to measure intention, and the following scales were applied to access participants' beliefs: the Beliefs about Sexual Abuse Scale (ECAS) by Machado et al. (2000) and the Questionnaire on Child Sexual Abuse – Triggering/Facilitating, Maintenance, and Resolution Factors (QCSAFMR) by Alberto et al. (2008). The results indicate a negative association between beliefs that legitimize child sexual abuse and the intention to adopt preventive measures, and a positive association between beliefs related to resolving sexually abusive situations and the intention to apply materials and programs for the prevention of child sexual abuse. This study contributes to a better understanding of the relationship between beliefs about child sexual abuse and the intention to act preventively.

Keywords: Child sexual abuse; prevention; intention; Catholic Moral and Religious Education; teachers

PsycInfo Scientific Domains: 2900 Social Processes & Social Issues; 2920 Religion

Índice Geral

Agradecimentos i

Resumo iii

Abstract v

Introdução 1

CAPÍTULO 1 3

Enquadramento Conceptual e Empírico 3

1.1. Abuso sexual de crianças 3

1.1.1. Definições 3

1.1.2. Contextos 4

1.1.3. Enquadramento legal 4

1.1.4. Prevalência 5

1.1.5. Impactos para o desenvolvimento 6

1.2. Abuso sexual no contexto da Igreja Católica 9

1.3. Prevenção do abuso sexual infantil 13

1.3.1. Professores como agentes de prevenção 15

1.3.2. Educação Moral Religiosa e Católica 16

1.4. Teoria do Comportamento Planeado 17

1.4.1. Crenças sobre o abuso sexual infantil 17

1.5. Objetivos e hipóteses do presente estudo 19

CAPÍTULO 2 21

Método 21

2.1. Participantes 21

2.2. Instrumentos 22

2.2.1. Informação sociodemográfica 22

2.2.2. Crenças sobre o abuso sexual infantil 22

2.2.3. Intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção 24

2.3. Procedimentos de recolha de dados 24

2.4 Procedimentos de análise 25

CAPÍTULO 3 27

Resultados 27

3.1. Estatísticas Descritivas 27

3.2. Fatores Desencadeadores/Facilitadores, de Manutenção e Resolução 28

3.3. Associações entre as variáveis compósitas consideradas no estudo 32

3.4. Associações entre a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil e os itens da dimensão Fatores de Resolução 34

CAPÍTULO 4 37
Discussão 37
4.1. Implicações Teóricas e Práticas 39
4.2. Limitações do estudo e sugestões para a investigação futura 40
Referências Bibliográficas 43
Anexos 53
Anexo A – Questionário 53

Índice de Quadros

Quadro 3.1 - *Estatísticas Descritivas das Variáveis Compósitas consideradas no estudo* 27

Quadro 3.2 - *Percentagem de respostas obtidas para cada item da Dimensão Fatores Desencadeadores/ Facilitadores*………………………………………………………………………….. 28

Quadro 3.3 - *Percentagem de respostas obtidas para cada item da Dimensão Fatores de Manutenção* 30

Quadro 3.4 - *Percentagem de respostas obtidas para cada item da Dimensão Fatores de Resolução* 31

Quadro 3.5 - *Associações entre as Variáveis Compósitas consideradas no estudo* 33

Quadro 3.6 - *Associações entre os itens da Dimensão Fatores de Resolução e a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção* 34

Introdução

O abuso sexual infantil é um dos problemas mais alarmantes existentes na sociedade, apresentando uma presença significativa por todo mundo (Barth et. al., 2012; Carsane, 2018; Kloppen et al., 2016). Alguns estudos têm indicado que esta problemática ocorre não apenas no seio familiar – sendo ainda mais prevalente neste contexto – como em outros contextos de vida das crianças, nomeadamente, creches, escolas, organizações desportivas, entre outras (Blakemore, 2017; Dyb et al., 2003; Fischer et al., 1998; Witt et al., 2022). O abuso sexual infantil apresenta um conjunto de consequências negativas para as mesmas, incluindo problemas de saúde mental, como a possibilidade de desenvolver uma Perturbação de Stress Pós-Traumático, ansiedade e depressão, e ainda problemas comportamentais e dificuldades no relacionamentos interpessoais (Lise & Motta, 2012). Estas experiências negativas podem afetar significativamente o desenvolvimento da personalidade e das competências interpessoais das vitimas, resultando num ciclo de dor e sofrimento que, em muitos casos, se estende para a vida adulta (Cardoso, 2016; Dube et. al., 2003).

Por sua vez, os relatórios que têm vindo a ser elaborados em diversos países e que procuraram mapear situações de abuso sexual infantil no contexto da Igreja Católica têm trazido à tona que esta é também uma problemática vivenciada no contexto da Igreja Católica, com números bastante expressivos. Alguns desses relatórios (Dar voz ao Silêncio, 2023; Relatório Sauvé, 2021) e investigações, como as realizadas pela John Jay College of Criminal Justice, revelaram não apenas a extensão deste fenómeno como também a gravidade do mesmo, alertando para a necessidade de uma cultura de transparência e de tolerância zero, contrariamente à cultura de encobrimento que vigorou durante longos anos. Posto isto, e dado a gravidade e extensão do problema, surge a necessidade de implementar programas de prevenção primária ou universal, de forma a minimizar os fatores de risco deste contexto, e potenciar fatores de proteção, sobretudo junto de profissionais associados à Igreja Católica (Schneider & Hirsch, 2020).

A literatura relativa à temática do abuso sexual infantil no contexto da Igreja Católica em Portugal é escassa e debruça-se, sobretudo, nas questões da prevalência e dos impactos do fenómeno (Cardoso, 2016; Carsane, 2018). Surge assim a necessidade de realizar investigação nesta área, junto de profissionais que estão enquadrados no contexto religioso, nomeadamente de professores de Educação Moral, Religiosa e Católica (EMRC), de modo a obter conhecimentos que permitam o desenvolvimento de materiais e programas de prevenção

eficazes de prevenção do abuso sexual infantil, ajustados a estes professores, tendo em conta que a literatura refere o contexto escolar como um contexto privilegiado em matéria de prevenção Mais concretamente, e uma vez que alguns modelos teóricos indicam que as nossas crenças relativas a um determinado comportamento moldam a nossa intenção de agir e de efetivamente adotar ou não esse mesmo comportamento (Ajzen, 1991; Fishbein & Ajzen, 1975), torna-se particularmente relevante compreender as crenças que os professores de EMRC apresentam sobre o fenómeno do abuso sexual infantil, de modo a entender se estas estão relacionadas com a sua intenção de aplicar materiais e programas de prevenção, como tem sido apontado na literatura (Babatsikos & Miles, 2015; Kenny & Wurtele, 2010; Walsh et al., 2008).

Em termos de estrutura, esta dissertação apresenta quatro capítulos. No primeiro capítulo inicia-se o enquadramento teórico e empírico, onde é conceptualizado o abuso sexual infantil, o abuso sexual infantil no contexto da Igreja Católica, a prevenção do abuso sexual infantil e ainda a Teoria do Comportamento Planeado. O segundo capítulo é relativo ao método e apresenta a forma como o presente estudo foi conduzido, através da descrição dos participantes, medidas e procedimento de recolha e análise de dados. No terceiro capítulo são reportados os resultados obtidos, e posteriormente, no quarto capítulo os mesmos são discutidos. Ainda no quarto capítulo é feita uma reflexão acerca das implicações práticas e teóricas do presente estudo, das limitações do mesmo e são feitas sugestões para investigações futuras.

CAPÍTULO 1

Enquadramento Conceptual e Empírico

1.1. Abuso sexual de crianças

1.1.1. Definições

Existem inúmeras definições do que é o abuso sexual de crianças e adolescentes, no entanto ao analisar algumas presentes na literatura, conclui-se que todas apresentam alguns pontos em comum. De acordo com Alberto, (2006, citado por Fazenda 2015) o abuso sexual diz respeito a qualquer experiência sexual com ou sem recurso a força que pode variar entre comportamentos sexuais mais passivos, como a utilização da criança para a produção de pornografia infantil, e comportamentos sexuais mais ativos como a relação sexual propriamente dita (genital, anal ou oral). Por sua vez, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o abuso sexual de crianças implica o envolvimento da criança ou do adolescente numa atividade de cariz sexual que esta não tem idade ou maturidade para compreender na totalidade e, não é por isso capaz de dar o seu consentimento informado. Tem como objetivos a gratificação ou satisfação das necessidades do agressor utilizando a criança para se estimular sexualmente a si ou a terceiros. Este tipo de abuso pode acontecer, tanto entre o menor e o adulto, como entre dois menores de 18 anos no contexto de uma relação onde existe uma assimetria de poder derivada, por exemplo, da diferença de idades, tamanho, responsabilidade ou capacidade intelectual. Para além disso, o abuso sexual de crianças pode ocorrer tanto dentro como fora do ambiente familiar, e os agressores podem ser conhecidos ou estranhos às vítimas (World Health Organization, 2017). Apesar de serem utilizadas inúmeras técnicas de coerção por parte dos agressores (e.g., ameaças, oferta de recompensas) o abuso sexual de crianças é muitas vezes levado a cabo sem recurso a violência física, mas sim a técnicas como a manipulação (psicológica, emocional e material) (World Health Organization, 2017).

Outros autores consideram que existem pontos chave a ter em conta quando se procura definir o abuso sexual de crianças, nomeadamente: a existência de uma interação onde exista assimetria de poder, uma vez que a criança se encontra numa posição de desigualdade; a exploração da vulnerabilidade da criança; e a ausência de consentimento (Matthews & Collin-Vézina, 2019). De acordo com a Associação Americana de Psicologia (APA), o abuso sexual diz respeito a um ato sexual indesejado, em que o agressor recorre a técnicas como a força e a ameaça, ou ainda se aproveitando do facto da vítima não ser capaz de consentir. Este tipo de abuso pode ter impactos a curto e a longo prazo no desenvolvimento da criança (APA, 2023).

1.1.2. Contextos

O abuso sexual infantil pode ocorrer em diversos contextos de vida da criança, podendo estes ser agrupados em dois tipos: o abuso sexual no contexto intrafamiliar e o abuso sexual no contexto extrafamiliar. Relativamente ao abuso no contexto intrafamiliar, este ocorre quando o abuso é perpetuado dentro do seio familiar, por exemplo por um dos pais, irmãos ou membros da família alargada (e.g., tio, avô). Por sua vez, o abuso no contexto extrafamiliar, envolve agressores que não fazem parte da família da vitima, por exemplo estranhos, professores, colegas, amigos (Fischer et al., 1998). O abuso sexual de crianças pode ocorrer ainda em contextos institucionais como creches, escolas, clubes desportivos, organizações religiosas e casas de acolhimento (Blakemore, 2017; Dyb et al., 2003; Witt et al., 2022).

A literatura tem apontado ainda para algumas diferenças entre o abuso intrafamiliar e o abuso extrafamiliar. Taveira et al. (2009) concluíram que quando o abuso sexual acontecia no contexto intrafamiliar as vítimas eram, em regra, mais jovens (média de idades de 9,59 anos), que o abuso ocorria maioritariamente em casa, as práticas abusivas eram menos intrusivas e havia um maior recurso a ameaças verbais e que não havia, na maioria das situações, evidências físicas do abuso. Verificaram ainda que no abuso sexual intrafamiliar, os agressores tinham mais frequentemente registos criminais de abusos sexuais anteriores e que decorria mais tempo entre o abuso e o exame médico-legal. Conclui-se então que, apesar de neste tipo de abuso a criança estar sujeita a uma menor violência física, acaba por estar sujeita a um maior dano emocional e psicológico, uma vez que existe a perda da noção de segurança que o seio familiar lhe deveria proporcionar (Cardoso, 2016).

1.1.3. Enquadramento legal

Existem inúmeros documentos e instrumentos que enquadram o abuso sexual de crianças e jovens tanto a nível nacional como a nível internacional.

O Código Penal Português (CPP) define quais os comportamentos e práticas que constituem crime em Portugal, criminalizando a violência sexual e enquadrando-a nos crimes contra as pessoas. No que concerne aos crimes sexuais, o CPP faz uma distinção entre dois tipos de crimes de natureza sexual: 1) crimes contra a liberdade sexual (Artº 163 a Artº 170), que violam o direito de cada pessoa decidir, de forma voluntária e independentemente da idade, sobre práticas sexuais; e 2) crimes contra a autodeterminação sexual (Artº 171 a Artº 176º), que envolvem vítimas com menos de 14 anos, as quais, devido à sua idade e nível de desenvolvimento, não têm capacidade de se autodeterminar sexualmente e não possuem maturidade adequada para dar o seu consentimento informado. Relativamente aos crimes contra

a liberdade sexual, estes são de natureza semipública (podem ser denunciados por qualquer pessoa), ou seja, os procedimentos criminais dependem da queixa quando as vítimas são maiores de 16 anos, exceto se desses crimes resultar suicídio ou morte da vítima. Estes crimes passam a ser de natureza pública quando são praticados contra menores de idade. Por sua vez, os crimes contra a autodeterminação sexual são de natureza pública (podem ser denunciados por qualquer pessoa), os procedimentos criminais não dependem da queixa, com exceção do crime "atos sexuais com adolescentes" (Artº 173) que é de natureza semipública.

É importante ressalvar que, em Portugal, a legislação considera juridicamente irrelevante o consentimento sexual de crianças menores de 14 anos. Por esse motivo, qualquer conduta de natureza sexual que envolva crianças até essa faixa etária é sujeita a penalização nos termos do artigo 171º ("abuso sexual de crianças") (Quebrar o Silêncio, 2023).

A nível internacional, Portugal ratificou ainda algumas Convenções que visam defender e promover os direitos das crianças nas diversas áreas da sua vida como é o caso da "Convenção dos Direitos da Criança" assinada a 1990 ou ainda da "Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças Contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais", também conhecida como "Convenção de Lanzarote", ratificada em 2012. O Estado Português ao ratificar esta última comprometeu-se não só a adotar medidas eficazes para prevenir a exploração sexual e o abuso sexual de crianças, como também a proteger as vítimas e a responsabilizar os agressores. Para além disso, a "Convenção de Lanzarote" estabeleceu ainda a criação de um sistema de monitorização internacional de forma a avaliar se as medidas estão a ser ou não implementadas pelos estados que assinaram o acordo (Conselho da Europa, 2007).

1.1.4. Prevalência

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2023 (RASI, 2023), o maior número de inquéritos abertos e de detenções na área da criminalidade sexual no ano 2023 esteve relacionado com o abuso sexual de crianças (39.5%), seguido da violação (20.2%) e da pornografia infantil (12.8%). Segundo este mesmo relatório, o abuso sexual de crianças é perpetrado maioritariamente por indivíduos do sexo masculino (94.3%), com idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos, já as vítimas, por sua vez, são maioritariamente do sexo feminino (77.3%) e têm idades compreendidas entre os oito e os 13 anos. Os resultados evidenciam ainda uma prevalência do contexto da relação familiar (51.4%) enquanto espaço de relacionamento entre a vítima e o agressor (RASI, 2023). No que concerne à criminalidade sexual, o relatório de 2023 revelou uma continuidade no aumento de crimes sexuais, destacando-se um ligeiro aumento comparativamente ao ano de 2022 (RASI, 2022).

A prevalência de abusos sexuais de crianças tem sido o objeto de estudo um pouco por todo o mundo.

Nos Estados Unidos, os resultados obtidos por Briere e Elliott (2003) revelaram uma taxa de prevalência de abuso sexual infantil superior no género feminino (32.3%) comparativamente ao género masculino (14,2%). Relativamente à relação com o agressor, 46.8% eram membros da família. Por sua vez, no México, o estudo de Pineda-Lucatero et al. (2009) concluiu que a prevalência de abuso sexual infantil era de 18.7% e que as raparigas eram mais frequentemente as vítimas (58%) comparativamente com os rapazes (42%). Foi reportado ainda que 50.3% dos agressores eram vizinhos das vítimas.

No Chipre, o estudo de Karayianni, e colaboradores (2017) concluiu que a prevalência do abuso sexual infantil no país foi de 33% e que existiam diferenças de género, com a taxa de prevalência a ser mais elevada no género feminino (80%) comparativamente com o género masculino (21%).

Em Portugal, um estudo realizado por Patrícia Carsane (2018) evidenciou uma taxa de prevalência de abuso sexual infantil de 23%, sendo que a taxa de prevalência no género feminino (19.3%) foi superior à do género masculino (3.7%). Relativamente às idades verificou-se que a idade de ocorrência do abuso variava entre os cinco e os 10 anos, e que a idade do agressor variava entre os 10 e os 68 anos de idade. Por último constataram ainda que 48.4% dos agressores eram conhecidos pela criança.

A revisão de literatura realizada por Kloppen e colaboradores (2016), procurou examinar a prevalência do abuso sexual infantil nos países nórdicos (Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Islândia). Os resultados obtidos revelaram taxas de prevalência entre 3-23% para o género masculino e 11-36% para o género feminino. Por sua vez, a revisão sistemática de Barth et. al. (2012), compilou uma amostra de estudos de 24 países de modo a explorar a prevalência do abuso sexual no mundo. Foram registadas taxas de prevalência que variam entre 8% e 31% para vítimas do género feminino, e entre 3% e 17% para vítimas do género masculino.

1.1.5. Impactos para o desenvolvimento

O abuso sexual de crianças é um crime devastador que tem sérios impactos físicos, emocionais e psicológicos nas vitimas e no seu desenvolvimento. Estes impactos podem ser profundos e duradouros na vida das vítimas, podendo variar de acordo com a gravidade do abuso e do apoio recebido por parte das pessoas que as rodeiam. A frequência e a duração do abuso, o

envolvimento de penetração, o uso de força ou violência, e a existência de uma relação próxima com o agressor são fatores que surgem associados a outcomes mais severos (Beitchman et al., 1991). O apoio social por sua vez, surge como um fator protetor que influencia o desenvolvimento de sequelas do abuso sexual infantil. Ter suporte por parte da família, especialmente o apoio e a crença dos pais na alegação de abuso pode atuar como um forte fator atenuador contra o desenvolvimento de consequências negativas para as vitimas de abuso sexual (Tremblay, 1999).

É ainda de extrema importância salientar que o abuso sexual não ocorre tipicamente de forma isolada, sendo que a criança que passa por experiências de abuso sexual apresenta um risco elevado de sofrer outro tipo de experiência negativa na infância. Dong e colaboradores (2003) concluíram que o abuso sexual estava fortemente associado a múltiplas outras formas de maus-tratos na infância, nomeadamente abuso emocional e abuso físico, violência interparental, abuso de substâncias e problemas de saúde mental no seio familiar, separação/divórcio dos pais, ter um membro da família criminoso e ainda negligência física e emocional. Mais especificamente, encontraram relações especialmente fortes entre a experiência de abuso sexual e o abuso emocional e físico, negligência física e violência parental, mais concretamente, sendo a mãe a agredida. Posto isto, é então necessário que, quando se discutem as consequências do abuso sexual infantil, se compreendam os múltiplos stressores a que muitas das vitimas de abuso sexual são ou já foram expostas de modo a obter uma melhor compreensão do tema (Hornor, 2010).

A literatura sugere que o abuso sexual de crianças está associado a uma variedade de consequências negativas para as mesmas, incluindo problemas de saúde mental, como perturbações de stress pós-traumático, ansiedade e depressão, e ainda problemas comportamentais, como agressividade, regressões no desenvolvimento e dificuldades nos relacionamentos interpessoais (Lise & Motta, 2012). Outros estudos indicam que as vítimas de abuso sexual na infância têm maior probabilidade de envolvimento em comportamentos de risco como abuso de substâncias, comportamento sexual de risco e envolvimento em atividades criminosas (Campos, 2016). A revisão de literatura de Beitchman e colaboradores (1991) concluiu que as vitimas de abuso sexual têm uma maior probabilidade, comparativamente com não-vitimas, de desenvolver algum tipo de comportamento sexual inapropriado ou sexualizado, sendo que estes comportamentos se manifestam de forma diferente consoante a faixa etária. Por exemplo, em crianças esta tendência pode ser observada através do aumento de interesse e preocupação com a sexualidade manifestando-se através de comportamentos como brincadeiras

sexuais, comportamento sexualmente agressivo e conhecimento sexual inapropriado para a idade.

Relativamente a perturbações do foro psiquiátrico, Martin e colaboradores (2004) relataram que a incidência de diagnósticos psiquiátricos que ocorrem ao longo da vida é de 56% para mulheres e de 47% para os homens com um histórico de abuso sexual infantil, comparativamente aos 32% e 34% respetivamente, quando não há histórico de abuso. A depressão, a ideação suicida, o abuso de substâncias e a Perturbação de Stress Pós-Traumático (PSPT) surgem associadas à experiência de abuso sexual (Hornor, 2010). É importante salientar que os sintomas de PSPT podem não se desenvolver de imediato após a experiência de abuso sexual podendo tornar-se aparentes meses ou até anos após o abuso ou podendo ainda ser desencadeados por certos marcos desenvolvimentais como a iniciação da vida sexual ou o nascimento de uma criança. Por sua vez, a depressão pode estar presente em crianças pré-adolescentes, adolescentes e adultos que foram vitimas de abusos sexuais e tanto rapazes como raparigas vitimas apresentam um maior risco de a desenvolver sendo que este risco continua na vida adulta (Dube et al, 2005; Mullers et al, 2008). O tipo de abuso sexual (com contacto vs. sem contacto; com penetração vs. sem penetração) e a relação que a vitima estabelece com o agressor (parente próximo vs. sem relação) parecem afetar o desenvolvimento e a severidade da depressão (Trickett et al, 2001). Relativamente ao suicídio, a existência de um histórico de abuso sexual infantil coloca a vítima num risco acrescido de tentar o suicídio em qualquer momento da sua vida (13 vezes mais que a população geral) (Cardoso, 2016). Sapp e colaboradores (2005) afirmaram que rapazes adolescentes (do oitavo ao décimo ano) que foram vitimas de abuso sexual apresentam um risco significativamente acrescido de tentar suicídio, sendo este risco menor em raparigas que foram sexualmente abusadas. No que diz respeito ao abuso de substâncias, Dube e colaboradores (2003) afirmam que como abuso sexual infantil pode produzir sentimentos de desamparo, caos e impermanência em crianças e adolescentes, o uso de substâncias ilícitas pode surgir como uma forma de escapar ou dissociar-se desses sentimentos. Os autores afirmam ainda que tanto homens como mulheres com um histórico de abuso sexual apresentam um risco maior de exibir problemas com o álcool e de se casar com um parceiro alcoólico.

Tem sido evidenciado na literatura algumas diferenças relativamente às consequências e impactos do abuso sexual em rapazes e em raparigas. De acordo com Hornor (2010) as raparigas estão mais propensas a exibir comportamentos internalizantes como depressão e distúrbios alimentares (anorexia, bulimia ou obesidade), enquanto comportamentos de

externalização como delinquência e consumo excessivo de álcool são mais prováveis de serem exibidos por rapazes. Por sua vez, Cyr e colaboradores (2006) afirmaram que raparigas adolescentes vitimas de abuso sexual podem expressar os seus sentimentos através da raiva e da agressão e na aceitação de relacionamentos com esses mesmos elementos.

Relativamente à revitimização na vida adulta, estudos tem demonstrado que a existência de um histórico de abuso sexual coloca o individuo num risco acrescido de revitimização sexual na adolescência e na vida adulta, especialmente em mulheres (Hornor, 2010). Dubowitz e colaboradores (2001) especularam que os efeitos do abuso precoce e os subsequentes problemas de saúde mental que podem surgir da experiência, como a depressão e a PSPT, colocam a mulher num risco acrescido de se envolver em relações disfuncionais e sexualmente violentas na vida adulta.

Uma vez que o abuso sexual infantil se encontra associado ao desenvolvimento de múltiplos problemas comportamentais e do foro psiquiátrico, como a depressão e o abuso de substâncias, deduz-se então que um histórico de abuso sexual pode impactar negativamente as capacidades e competências parentais dos indivíduos vitima, afetando consequentemente o bem-estar do seu filho. Segundo Hornor (2010), crianças cujas mães sofreram abuso sexual na infância apresentam um maior risco de elas próprias serem abusadas (fisicamente, emocionalmente e sexualmente) pelas suas mães e por outros indivíduos a quem seja permitido o acesso a crianças vulneráveis. Relativamente à componente intergeracional do abuso sexual, Hornor (2010) refere que esta parece estar mais relacionada com os efeitos negativos do próprio abuso sexual da mãe. Mais concretamente, a experiência de abuso sexual da mãe impede o seu desenvolvimento emocional e prejudica a sua saúde mental limitando a sua capacidade de tomar boas decisões ao nível da parentalidade.

Similarmente ao abuso sexual de crianças noutros contextos, o abuso sexual infantil ocorrido em contextos institucionais como organizações religiosas, grupos desportivos, escolas e casas de acolhimento, também está associado a inúmeros impactos no bem-estar psicológico, físico e social das vítimas. Para além disso, o abuso sexual quando perpetrado em contexto institucional está associado a impactos no bem-estar espiritual das vítimas quando ocorre em ambientes religiosos (Blakemore et al., 2017).

1.2. Abuso sexual no contexto da Igreja Católica

O abuso sexual no contexto da Igreja Católica é uma questão complexa que tem sido amplamente discutida, em especial nas ultimas décadas, com o surgimento e revelação de

diversos escândalos de abuso em diferentes partes do mundo. Este fenómeno tem gerado debates e levantado questões não apenas sobre a responsabilidade individual do agressor, mas também sobre o papel da própria igreja enquanto instituição. A realidade é que este fenómeno foi durante muitos anos encoberto e tratado como um problema isolado. O estatuto de autoridade moral da igreja, aliado ao poder que os clérigos exerciam sobre as comunidades, acabou por criar um ambiente de silêncio e cumplicidade, dificultando assim a denúncia dos abusos por parte das vítimas (Frawley-O'Dea, 2004). A prática sistemática de encobrir os casos de abuso sexual também contribuiu para que muitos dos agressores continuassem as suas práticas abusivas durante longos anos sem sofrerem consequências legais ou disciplinares. Segundo Doyle (2006), em muitos casos, os padres acusados de abuso eram simplesmente transferidos para outras paróquias, onde continuavam as suas atividades sem supervisão adequada, acabando assim por repetir os abusos.

O abuso sexual de crianças por membros de organizações católicas tem sido objeto de crescente interesse nas últimas décadas, sendo este um contexto que apresenta características muito especificas. Alguns estudos indicam que indivíduos que foram abusados sexualmente por padres ou pastores reportavam tipos mais severos de abuso sexual quando comparado com outros contextos, nomeadamente a escola (Witt et al., 2022). A literatura sugere que o trauma, quando o abuso ocorre em contextos institucionais, pode ser exacerbado pelas características e dinâmicas do próprio abuso, características estas que podem dificultar o processo de revelação, o apoio sentido e a proteção contra danos futuros. Para além disso, o abuso sexual ocorrido em ambientes religiosos surge associado a impactos no bem-estar espiritual das vítimas (Blakemore et al., 2017)

As consequências do abuso sexual infantil no contexto da Igreja Católica são também elas devastadoras para as vítimas. Para além do trauma psicológico e dos impactos associados ao abuso sexual noutros contextos, as vítimas de abuso sexual no contexto da Igreja Católica enfrentam muitas vezes sentimentos de culpa, vergonha e confusão, especialmente por terem sido abusadas por figuras religiosas que deveriam ser fontes de segurança e orientação espiritual (Plante, 2004). A própria quebra de confiança na Igreja e na fé também é um impacto significativo, já que para muitos, o abuso não destrói apenas a confiança nas pessoas, mas também acaba por abalar profundamente a fé religiosa e a fé na instituição (Terry, 2008).

Nos últimos anos, no entanto, a Igreja Católica, pressionada não só pelos governos como também pelos *media* e a própria sociedade, começou a adotar medidas mais rigorosas para lidar

com as alegacões de abuso. O Papa Francisco, em particular, introduziu várias reformas para combater o abuso sexual dentro da igreja, incluindo a criação de comissões de proteção de menores (Catholic News Agency, 2019). A ação da própria comunidade, incluindo os *media*, tem sido crucial na pressão para que a Igreja seja mais transparente e responsável relativamente aos casos de abuso dentro da sua instituição. "Spotlight on the Catholic Church's Darkest Secrets" de Michael Rezendes (2015) é um dos exemplos mais marcantes de como o jornalismo pode ter influência e potenciar mudanças sociais e responsabilização. Neste artigo de 2015, Rezendes revisita as investigações realizadas pelo jornal *The Boston Globe* sobre os casos de abuso sexual infantil dentro da Igreja Católica, destacando a forma como a igreja lidou com os casos de abuso e as táticas de encobrimento que foram mantidas durante longos anos. Neste texto, Rezendes discute ainda as mudanças que ocorreram após a exposição do escândalo e a necessidade de transparência e responsabilização por parte da instituição religiosa (Rezendes, 2015).

Têm sido realizadas inúmeras investigações um pouco por todo o mundo, que procuraram não só compreender a extensão deste fenómeno como também as causas e consequências do mesmo.

Nos Estados Unidos, umas das investigações mais relevantes foi conduzida pela John Jay College of Criminal Justice que publicou dois relatórios sobre o tema: em 2004 o "The Nature and Scope of the Problem of Sexual Abuse of Minors by Catholic Priests and Deacons in the United States"; e em 2011 o "The Causes and Context of Sexual Abuse of Minors by Catholic Priests in the United States, 1950-2010)". No relatório de 2004 foram evidenciadas mais de 10 000 alegações de abuso sexual contra aproximadamente 4392 padres tendo a maioria dos abusos ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980 (a maior parte das vítimas eram rapazes adolescentes entre os 11 e 14 anos). Este relatório revelou ainda que, em muitos dos casos, as alegações foram ignoradas ou minimizadas, e os padres acusados eram transferidos para outras paróquias sem supervisão adequada. Por sua vez, o relatório de 2011 analisou as causas e o contexto dos abusos procurando compreender o porquê de terem ocorrido e o que poderia ter sido feito para o prevenir. A permissividade social, falta de controlo rigoroso, a estrutura da Igreja e a falta de treino e formação adequada para o clérigo foram apontados no relatório como fatores que contribuíram para o aumento do problema. Este relatório também contribuiu para a desconstruir a ideia de que os agressores eram motivados exclusivamente por tendências homossexuais, uma vez que a maioria dos abusos não se enquadravam num padrão específico

orientação. Estes dois relatórios contribuíram para uma melhor compreensão do fenómeno do abuso sexual no contexto da Igreja Católica e para a criação de políticas de tolerância zero.

Em França, o Relatório Sauvé (2021), publicado pela Comissão Independente sobre Abuso Sexual na Igreja, revelou a extensão dos abusos sexuais cometidos na Igreja Católica em França entre 1950 e 2020. Neste relatório estimou-se que entre 216 000 e 330 000 pessoas foram vítimas de abusos sexuais cometidos por membros do clero e outras figuras da Igreja desde 1950. À semelhança dos relatórios elaborados pela John Jay College of Criminal Justice, este relatório também foi claro ao apontar as falhas da Igreja em responder adequadamente às denúncias de abuso, descrevendo uma cultura de silêncio e negação que possibilitava a repetição dos crimes e priorizando frequentemente a reputação da Igreja em detrimento da segurança das vítimas. Este relatório foi amplamente discutido nos *media* franceses tendo levado a mudanças na própria legislação sobre o abuso sexual e ao fortalecimento dos direitos das vítimas.

Por sua vez, em Portugal, foi formada em 2021 uma Comissão Independente para investigar os casos de abuso sexual no seio da Igreja Católica em Portugal. O relatório "Dar Voz ao Silêncio" (2023), elaborado por essa mesma comissão, foi publicado em fevereiro de 2023, após um ano de investigação sobre os abusos sexuais na Igreja. Este relatório revelou que foram identificadas cerca de 512 vítimas (embora a comissão estime que o número real possa ultrapassar as 4800) e a maioria dos abusos ocorreu nas décadas de 60, 70 e 80. As vítimas eram maioritariamente crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos e, em muitos dos casos, os abusos eram repetidos ao longo do tempo. A comissão identificou cerca de 100 agressores, não apenas sacerdotes, como também outros membros da Igreja, como catequistas. Relativamente ao contexto, concluiu-se que os abusos aconteceram em locais controlados pela Igreja como, seminários, igrejas, escolas católicas, orfanatos e colégios internos. O relatório abordou ainda os impactos que estes abusos tiveram nas vítimas mencionando traumas profundos e duradouros, incluindo problemas psicológicos como depressão, ansiedade e PSPT e, em alguns casos até mesmo o suicídio. À semelhança dos relatórios elaborados em outras países do mundo, também este refere a cultura de silêncio e encobrimento por parte da Igreja, uma vez que muitos dos casos foram abafados, tendo nunca chegado às autoridades devido à proteção sistemática dos agressores por parte de membros superiores da hierarquia eclesiástica. O relatório "Dar Voz ao Silêncio" (2023)inclui algumas recomendações para a Igreja Católica portuguesa alertando para a necessidade de criar mecanismos de prevenção, responsabilização e de apoio às vítimas.

Ao analisar os diferentes relatórios pode concluir-se que o fenómeno do abuso sexual no seio da Igreja Católica acontece um pouco por todo o mundo e que a gravidade e extensão do problema, assim como a cultura de encobrimento, são alguns dos pontos em comum. Outro ponto crucial presente nos inúmeros relatórios é o impacto psicológico que o abuso tem nas vítimas, resultando em consequências duradouras, como ansiedade, depressão e dificuldades de relacionamento. Esta realidade evidencia a necessidade urgente de medidas concretas e abrangentes de prevenção do abuso sexual infantil no seio da Igreja Católica. É essencial que as instituições religiosas implementem políticas rigorosas e transparentes que estimulem a denúncia, ofereçam suporte adequado às vítimas e assegurem a responsabilização dos agressores. Para além disso, é necessário que seja realizado um trabalho preventivo como o desenvolvimento e implementação de programas e intervenções eficazes de prevenção e proteção para o combate ao abuso sexual infantil.

1.3. Prevenção do abuso sexual infantil

Como mencionado em pontos anteriores, o abuso sexual infantil é um crime que afeta de forma intensa o desenvolvimento psicológico, emocional e físico das vítimas, podendo ter impactos a curto, médio e longo prazo. A grande prevalência deste fenómeno um pouco por todo o globo, revela a urgência do desenvolvimento de políticas e práticas eficazes para proteger as crianças, especialmente em contextos onde as mesmas estão sob a responsabilidade de adultos.

A prevenção do abuso sexual infantil é considerada uma responsabilidade coletiva que exige a colaboração não só das famílias, como também de governos, comunidades e instituições educacionais e religiosas. De acordo com Finkelhor (2009), as medidas de prevenção devem incluir não só o reforço da proteção às crianças, mas também a promoção de mudanças culturais e comportamentais entre os adultos responsáveis pelo bem-estar das mesmas. Smallbone et al. (2008) enfatizam a importância de uma abordagem multinível na prevenção do abuso sexual infantil, mais especificamente, que esta prevenção exige esforços ao nível da prevenção primária (educação e consciencialização), prevenção secundária (identificação precoce e intervenção) e prevenção terciária (apoio à vítima e reinserção social do agressor). Segundo os mesmos autores, deve procurar-se envolver todos os setores da sociedade, de forma a que as crianças estejam protegidas, não só no ambiente familiar, como também em todos os contextos da sua vida (e.g., escolas, instituições religiosas).

Estudos indicam que programas de educação sexual infantil que ensinam conceitos básicos de autoproteção e limites corporais são eficazes na prevenção do abuso sexual, isto

porque, as crianças que participam nestes programas conseguem identificar com mais facilidade comportamentos inadequados e estão mais preparadas para resistir a situações de abuso (Lima, 2021). Uma meta-análise conduzida por Zwi et al. (2007) revelou que este tipo de programas aumentavam significativamente a probabilidade das crianças relatarem episódios suspeitos ou reais de abuso, enquanto reduziam a vulnerabilidade das mesmas a manipulações por parte dos agressores. Por sua vez, Plummer e Njuguna (2009) concluíram que programas de prevenção realizados em escolas e em comunidades que ensinam as crianças sobre o seu corpo, limites pessoais e como pedir ajuda quando se sentem desconfortáveis ou ameaçadas demonstraram reduzir os riscos de abuso sexual infantil. Isto porque, segundo os autores, estes programas empoderam as crianças, aumentando a sua autoconfiança e compreensão do direito a recusar qualquer forma de toque ou comportamento indesejado.

Tendo em conta a extensão do fenómeno do abuso sexual infantil no seio da Igreja Católica, surge a necessidade de realizar um trabalho preventivo também dentro deste contexto. A formação de membros da Igreja para a prevenção do abuso sexual infantil é uma medida essencial para a criação de ambientes seguros e para o fortalecimento de uma cultura de responsabilidade e proteção das crianças (Pereda et al., 2009). Esta formação permite que clérigos, catequistas, professores de EMRC e outros membros da Igreja adquiram as competências necessárias para que consigam reconhecer sinais de abuso, saibam como agir em casos de suspeita e compreendam a importância de um comportamento ético e transparente. É necessária a sensibilização da comunidade religiosa e educação sobre o tema através da promoção de programas de consciencialização como palestras, seminários, ações de formação, workshops e materiais informativos sobre a prevenção do abuso sexual infantil (Pereda et al., 2009). Por último também é importante mencionar a importância da criação de canais de denúncia acessíveis e confidenciais de modo a facilitar o relato de abusos e garantir um acompanhamento rápido e adequado (The Vatican, 2019).

Em Portugal foram criados alguns mecanismos de intervenção e prevenção do abuso sexual infantil no contexto da Igreja Católica. O Grupo VITA foi criado em abril de 2023 pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), no seguimento da apresentação do Relatório Final da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa. Este grupo, isento, autónomo e independente, tem como principais objetivos acolher, ouvir, acompanhar e prevenir situações de violência sexual de crianças e adultos vulneráveis no contexto da Igreja Católica em Portugal. Ao nível da prevenção, pretende criar e consolidar respostas especializadas, capacitar os profissionais e desenvolver recursos, bem

como desenvolver os procedimentos necessários para a prevenção de situações de violência sexual sobre as crianças e adultos vulneráveis. O Gripo VITA é composto por uma equipa interdisciplinar com profissionais das áreas da Psicologia, Psiquiatria, Serviço Social, Sociologia e Direito e mantém uma estreita articulação com as estruturas eclesiásticas, nomeadamente as Comissões Diocesanas, os Institutos de Vida Consagrada, entre outras (Grupo VITA: Relatório de atividades I, 2023).

1.3.1. Professores como agentes de prevenção

Um dos contextos principais na vida das crianças é o contexto escolar uma vez que é nele que as crianças passam grandes horas do seu dia-a-dia. Devido à proximidade que os professores têm com as crianças e à sua capacidade superior como instrutores em comparação com outros profissionais que interagem com elas, os professores devem ser capacitados na identificação e aplicação de estratégias de intervenção com crianças vítimas de abuso sexual (Kleemeier et al.,1988). A revisão de literatura de Wurtele (1987) destacou que programas de prevenção de abuso sexual, nos quais os professores estão envolvidos no ensino de capacidades necessárias para que as crianças se possam proteger contra possíveis casos de abuso, alcançavam efetivamente um grande número de crianças, possibilitando a redução da possibilidade de abuso.

Os professores estão assim numa posição privilegiada, uma vez que, a sua proximidade diária com as crianças permite a observação de mudanças de comportamento e outros sinais que podem ser sugestivos de abuso (Damasceno et al., 2024). O papel dos professores na prevenção do abuso sexual infantil passa pela identificação precoce de sinais de alerta, o encaminhamento para profissionais quando necessário e, de um modo geral, pela criação de um ambiente onde as crianças se sintam seguras para expressar as suas preocupações (Lima, 2021). Para além disso, ao abordar temas como a educação sexual e os direitos das crianças, os professores ajudam a empoderar os alunos e a promover o autoconhecimento dos mesmos relativamente aos seus próprios direitos (Lima, 2021; Shneider & Hirsch, 2020). No entanto, de forma a que os professores possam desempenhar eficazmente o seu papel como agentes de prevenção, é necessário que tenham as competências para tal, necessitando para isso de formação adequada (Briggs e Hawkins, 1997; Finkelhor, 2009) Segundo a Organização Mundial de Saúde "a formação contínua de professores em temas de proteção infantil é uma das melhores estratégias para prevenir o abuso e intervir de forma eficaz" (WHO, 2017). Mathews e Kenny (2006) destacam a importância de educar e formar os professores sobre as exigências legais e sobre como agir em situações de suspeita de abuso, reforçando o papel das

formações para que os mesmos se sintam confiantes para lidar com as situações abusivas. O estudo de Ferreira (2019) enfatiza a necessidade de empoderar e capacitar os professores com conhecimento sobre a temática de forma a que consigam não só identificar sinais de abuso, como também agir eficazmente em situações de suspeita. Face ao exposto, podemos considerar que a ação preventiva dentro do contexto escolar pode envolver diferentes estratégias, podendo focar-se na atuação dos professores, no currículo da educação infantil, nomeadamente abordando questões de limites pessoais e consentimento, ou na capacitação dos docentes para que eles próprios consigam capacitar e empoderar as crianças (Ferreira, 2019; Lima, 2021; Pintor, 2020).

1.3.2. Educação Moral Religiosa e Católica

A disciplina de Educação Moral Religiosa e Católica (EMRC) é uma disciplina facultativa que faz parte do currículo do ensino básico e secundário, que tem como objetivo promover a formação ética, moral e espiritual dos alunos. Esta disciplina é oferecida tanto em escolas públicas como em escolas privadas e segue os valores e princípios da tradição católica. De acordo com o Ministério da Educação, a disciplina de EMRC "contribui para a formação integral da pessoa, abordando temas como a moralidade, a dignidade humana, a solidariedade, e os direitos e deveres dos indivíduos e das comunidades" (Ministério da Educação, 2019).

De acordo com a última versão do Programa de Educação Moral e Religiosa Católica (Direção-Geral da Educação, 2014), a estrutura e conteúdos da disciplina encontram-se divididos consoante o nível de ensino. No ensino básico o currículo foca-se na introdução de conceitos como o respeito e a solidariedade. Por sua vez, no ensino secundário, os temas são mais complexos e incluem muitas vezes a reflexão sobre questões éticas, sociais e filosóficas como a dignidade humana, a justiça, o papel da Igreja Católica na sociedade e ainda a relação entre a fé e a ciência. Esta disciplina também aborda temas mais contemporâneos como a globalização, a sustentabilidade e os dilemas éticos associadas à utilização das novas tecnologias.

Os professores de EMRC são licenciados em Teologia ou Ciências Religiosas e são designados pela Igreja Católica, com a aprovação do Ministério da Educação. De acordo com Mendes (2020), "os professores de EMRC são preparados para promover um ambiente educativo inclusivo e acolhedor, atuando como orientadores éticos e morais dos seus alunos". Neste sentido, o Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC) oferece regularmente formações e workshops de forma a que os professores estejam o mais atualizados possível

relativamente aos novos desafios educacionais e sociais, como o bullying, a diversidade religiosa e até mesmo a prevenção do abuso sexual.

1.4. Teoria do Comportamento Planeado

Tendo em conta todas as evidências referidas anteriormente, conclui-se que é então crucial que sejam implementados programas de prevenção de forma a combater o abuso sexual infantil no contexto específico da Igreja. Para que tal aconteça, é fundamental perceber quais as crenças que estão associadas a este fenómeno, uma vez que, a literatura sugere que as nossas crenças relativamente a um determinado comportamento moldam a nossa intenção de agir e de efetivamente adotar ou não esse mesmo comportamento.

Neste sentido, uma das teorias mais estudadas dentro desta temática é a Teoria da Ação Refletida, posteriormente designada por Teoria do Comportamento Planeado (Ajzen, 1991; Fishbein e Ajzen, 1975). Na Teoria da Ação Refletida, Fishbein e Ajzen (1975) consideram que todo o comportamento é uma escolha, pelo que o melhor preditor do comportamento será a intenção comportamental. Em específico, segundo esta teoria, a intenção de realizar um certo comportamento é determinada pela combinação de dois fatores, nomeadamente: a atitude face ao comportamento (e.g., avaliação subjetiva que o indivíduo faz sobre o comportamento e as suas consequências); e a norma subjetiva (e.g., perceção da pressão social que o indivíduo pode sentir para adotar ou não o comportamento). Numa tentativa de expandir a teoria a comportamentos que estavam fora do controlo volitivo dos sujeitos, Ajzen (1988) apresenta uma reformulação ao modelo, acrescentando uma nova variável, nomeadamente o controlo percebido sobre o comportamento. Esta variável que corresponde à perceção da facilidade ou dificuldade do indivíduo na concretização de um comportamento, corresponde, largamente, ao conceito de autoeficácia (Bandura, 1982). Neste sentido, comportamentos habituais ou frequentes são percebidos, pelo indivíduo, como fáceis de realizar e pôr em prática e, portanto, com elevados níveis de controlo percebido. Esta perceção de controlo sobre o comportamento parece, então, ter consequências motivacionais ao nível da intenção e, consequentemente, sobre o comportamento.

1.4.1. Crenças sobre o abuso sexual infantil

Como referido no ponto anterior, o papel das crenças na formação de intenções e na adoção de comportamentos está bem estudado em Psicologia Social e Comportamental, através de modelos teóricos, como a Teoria do Comportamento Planeado, que exploram a forma como as nossas convicções influenciam as nossas intenções e ações.

De acordo com a literatura, as crenças sobre o abuso sexual infantil podem surgir de uma combinação de inúmeros fatores culturais, sociais e psicológicos, podendo influenciar a perceção pública e por sua vez as respostas ao problema. Brown e Finkelhor (1986) sugerem que as atitudes familiares relativamente à sexualidade e à proteção das crianças têm impacto na forma as pessoas percecionam e respondem a situações de abuso. Por sua vez, Finkelhor (1194) sugere que o estigma e o tabu associados à problemática do abuso sexual impedem a realização de debates e discussões abertas em torno do tema, perpetuando assim a disseminação de crenças e estereótipos incorretos. Wurtele (2009) vai ao encontro desta ideia sugerindo que, a maioria da população geral possui conhecimento limitado sobre sinais de abuso e a realidade das vítimas, contribuindo para o desenvolvimento de crenças como "as crianças não podem ser abusadas em famílias normais". Adicionalmente, Krahé e Boer (2016) enfatizam que a representação distorcida de informação por parte dos *media,* pode contribuir para a formação de crenças e mitos, podendo dificultar a identificação de situações de abuso sexual em contextos familiares. Os mesmos referem que as reportagens tendem a focar-se em casos dramáticos e raros, frequentemente envolvendo pessoas desconhecidas, o que acaba por levar à crença de que o abuso sexual é algo raro e que só acontece fora do círculo familiar.

As crenças e mitos sobre o abuso sexual infantil podem ter impactos profundos não apenas nas vítimas como também nas respostas sociais e institucionais à problemática. A falta de apoio adequado e a perpetuação de estigmas e estereótipos pode agravar os problemas de saúde mental já existentes nas vítimas derivados da experiência do abuso sexual (Courtois & Ford, 2009). Adicionalmente, crenças e mitos sobre a sexualidade infantil como a ideia de que as crianças podem de alguma forma ser provocadoras ou responsáveis pelo próprio abuso, podem influenciar a forma como os adultos interpretam os comportamentos infantil e consequentemente, justificam práticas abusivas (Brown & Finkelhor, 1986).

Por outro lado, crenças e mitos associados, ao abuso sexual infantil podem ter impacto também ao nível justiça e da criação de políticas públicas. Por exemplo, crenças que minimizam a gravidade do abuso como, "não é tão sério se a criança não foi fisicamente ferida", podem afetar a forma como as autoridades vão atuar nos casos de abuso sexual, podendo resultar em respostas inadequadas por parte dos sistemas de justiça (Herman, 1997). Além disso, Gilbert e colaboradores (2009) discutem a ideia de que se a sociedade em geral acreditar que o abuso sexual é algo raro e uma problemática que afeta apenas as "famílias disfuncionais", pode haver menos pressão para implementar políticas mais robustas de proteção infantil e educação sobre o tema.

Por sua vez, a falta de conhecimento sobre o abuso sexual infantil e a presença de mitos e estereótipos pode ter impactos ao nível da prevenção. Por exemplo, a presença de mitos pode impedir que educadores e cuidadores estejam atentos a sinais de abuso ou respondam de forma adequada (Breiding et al., 2014). De acordo com os estudos de Walsh et al. (2008) e Kenny e Wurtele (2010) educadores que reconhecem o abuso como um problema sério e prevalente estão mais inclinados a participar em programas de prevenção. Adicionalmente, crenças sobre a responsabilidade na prevenção influenciam a disposição dos professores em se envolverem ou não nos programas preventivos, mais concretamente, aqueles que veem a prevenção como parte do seu papel educacional estão mais propícios a adotar e realizar atividades preventivas (Babatsikos & Miles, 2015). Outro fator que surge na literatura é a confiança na eficácia dos programas de prevenção. De acordo com Walsh e colaboradores (2012) educadores que acreditam que os programas de prevenção podem efetivamente fazer a diferença e proteger as crianças, tendem a estar mais envolvidos na sua aplicação. Quando os professores sentem que as atividades de prevenção podem capacitar e empoderar as crianças e reduzir a vulnerabilidade das mesmas a situações de abuso, demonstram maior compromisso em aderir a essas iniciativas (Finkelhor, 2009).

Posto isto, a implementação de intervenções baseadas em evidências sobre a realidade do abuso sexual infantil pode ser crucial para desmistificar mitos e estereótipos e aumentar o conhecimento sobre esta problemática. Por exemplo, o estudo de Topping e Wolfendale (2003) revelou que intervenções que envolvem discussões abertas sobre o abuso sexual, consentimento e direitos das crianças são mais eficazes na capacitação das vítimas para reconhecer e reportar situações de abuso.

1.5. Objetivos e hipóteses do presente estudo

Face ao exposto e, uma vez que a temática do presente estudo é o abuso sexual no contexto da Igreja Católica, e que os professores surgem na literatura como bons agentes de prevenção do abuso sexual infantil, torna-se pertinente a realização de estudos com uma população que cruze estes dois contextos de vida das crianças, como é o caso dos professores de Educação Moral Religiosa e Católica. O estudo das crenças associadas ao fenómeno do abuso sexual infantil nesta população em específico é particularmente relevante.

Posto isto, o presente estudo é de caráter exploratório e tem como objetivo geral obter conhecimento acerca das crenças associadas ao abuso sexual infantil em professores de Educação Moral Religiosa e Católica. Dada a importância que as nossas crenças sobre

determinado comportamento/fenómeno têm na nossa intenção de realizar esse mesmo comportamento, considera-se então relevante estudar a possível associação entre as crenças sobre o abuso sexual infantil e a intenção de aplicar materiais/programas de prevenção do abuso sexual infantil nos professores de EMRC. Propõem-se ainda algumas hipóteses: (H_1) as crenças de legitimação do abuso sexual infantil estão negativamente associadas à intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção do abuso sexual infantil, esperando-se que aqueles que apresentem maior concordância com afirmações que legitimem o abuso, apresentem uma menor intenção de aplicar materiais de prevenção; (H_2) as crenças sobre fatores que contribuem para resolução de situações sexualmente abusivas estão positivamente associadas à intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção do abuso sexual infantil, esperando-se que aqueles que apresentem maior concordância com as afirmações que constituam crenças de resolução, apresentem uma maior intenção de aplicar materiais/programas de prevenção.

CAPÍTULO 2

Método

2.1. Participantes

Para a realização deste estudo foram selecionados participantes que preenchessem os critérios de elegibilidade exigidos para a realização do mesmo: serem professores de Educação Moral Religiosa e Católica e lecionarem esta disciplina há pelo menos um ano. Relativamente ao método de amostragem, foi feita uma recolha da amostra por conveniência, tratando-se assim de uma forma de amostra não probabilística (Guimarães, 2008).

Do total de 214 participantes, 117 são do sexo feminino (54.7%). Relativamente à idade, verificou-se que: 22% dos participantes tinham idades compreendidas entre os 46 e os 50 e os 56 e os 60 anos; 20.1% tinham idades entre os 51 e os 55 anos; 16.8% estavam situados na faixa etária dos 61 aos 65 anos; 9.3% tinham entre 41 e 45 anos de idade; 4.7% e 3.3% dos participantes compreendiam idades dos 36 aos 40 e dos 25 aos 30 anos, respetivamente; por último .9% dos participantes tinham entre 31 a 35 anos ou idade superior a 65 anos.

Relativamente ao ensino de Educação Moral Religiosa e Católica, do total de 214 participantes, a moda reside nos 138 que lecionam EMRC há mais de 20 anos (64.5%), destacando uma grande experiência na área. Outros 28 (13.5%) têm entre 16 a 20 anos de docência, enquanto 22 participantes (10.3%) lecionam acerca de 11-15 anos. Adicionalmente, 9 (4.2%) e 6 (2.8%) participantes têm entre 4-6 e 7-10 anos de experiência nesta área, respetivamente. Por fim, 11 (5.1%) dos participantes estão no início da sua carreira, tendo apenas entre 1 a 3 anos de experiência como docentes de EMRC.

Em relação ao estabelecimento de ensino onde a disciplina de Educação Moral Religiosa e Católica tem sido lecionada, a maioria dos participantes, 165 (77.1%), tem lecionado sobretudo em escolas públicas. Por sua vez, 27 docentes (12.6%) relataram lecionar em escolas privadas, enquanto 22 (10.3%) reportaram ter experiência em ambos os tipos de estabelecimento de ensino.

No que concerne à experiência prévia dos participantes em formações sobre a temática do abuso sexual infantil, verificou-se que a maioria dos participantes (65.9%) nunca participou em formações sobre esta temática. Por outro lado, de um total de 213 participantes, apenas 17 (8%) já tiveram oportunidade de aplicar materiais de prevenção do abuso sexual infantil. Entre os participantes que aplicaram materiais/programas de prevenção (n = 19), 63.2% (n = 12)

avaliaram a experiência como positiva, 31.6% (n = 6) consideraram a experiência muito positiva e apenas 5.3% (n = 1) tiveram uma experiência negativa.

2.2. Instrumentos

Com base nos objetivos delineados para o presente estudo, foi construído um questionário de forma a avaliar as crenças sobre o abuso sexual infantil bem como a intenção de aplicar materiais e programas de prevenção do abuso sexual infantil (ver Questionário, Anexo A). A escolha do questionário online como método de recolha de dados deve-se ao facto de apresentar vantagens tais como ser de fácil e rápida administração, ter baixos custos associados e permitir o anonimato das respostas, contribuindo para que os participantes se sintam mais à vontade para dar respostas honestas, algo especialmente importante quando se aborda temáticas mais sensíveis, como é o caso do presente estudo (Sue & Ritter, 2012). O formato do questionário online permite ainda que se chegue a uma grande quantidade de participantes num curto espaço de tempo (Wright, 2005), dando também a oportunidade aos mesmos de responder quando lhes for mais conveniente, obtendo assim um maior número de respostas.

2.2.1. Informação sociodemográfica

O questionário é composto por uma primeira secção onde são recolhidos dados sociodemográficos relativos à idade, sexo, há quanto tempo lecionam como professores de EMRC e ainda em que tipo de estabelecimentos de ensino o têm feito.

De seguida, surge uma secção composta por cinco questões de resposta fechada que tem como objetivo caracterizar a experiência prévia dos participantes em formações sobre a temática do abuso sexual infantil e até mesmo na aplicação de materiais de prevenção propriamente dita (e.g., "Já teve algum tipo de formação na temática do abuso sexual infantil? ;"Já teve oportunidade de aplicar materiais de prevenção do abuso sexual no passado?").

2.2.2. Crenças sobre o abuso sexual infantil

Após a recolha dos dados sociodemográficos, são apresentadas duas escalas que permitem aceder às crenças dos participantes acerca do abuso sexual infantil. São elas a Escala de Crenças sobre Abuso Sexual (ECAS) de Machado, Gonçalves e Matos (2000) e o Questionário Sobre Abuso Sexual de Crianças – Fatores Desencadeadores/Facilitadores, de Manutenção e Resolução (QCSAFMR) de Alberto e colaboradores (2008).

2.2.2.1. Escala de Crenças Sobre Abuso Sexual (ECAS)

A ECAS é composta por 17 itens que consistem num conjunto de afirmações relacionadas com várias situações de abuso sexual. É solicitado aos participantes que leiam e expressem a sua opinião sobre as mesmas através de uma escala de resposta tipo Likert de 5 pontos, que varia de 1 ("discordo totalmente") a 5 ("concordo totalmente). A escala foi desenvolvida e validada para a população portuguesa por Machado, Gonçalves e Matos (2000) e segundo os autores a mesma reflete a visão do agressor quanto às crenças e pensamentos que o mesmo utiliza para justificar os seus comportamentos agressivos.

No estudo de Fazenda (2010), com uma amostra de médicos e enfermeiros dos Cuidados de Saúde Primários, o valor obtido para o coeficiente de *alpha* de Cronbach foi de .898. Por sua vez, no presente estudo foi obtido um coeficiente de *alpha* de Cronbach de .933, o que traduz uma consistência interna elevada (Maroco & Garcia-Marques, 2006; Kline, 2011).

2.2.2.2. Questionário Sobre Abuso Sexual de Crianças – Fatores Desencadeadores/Facilitadores, de Manutenção e Resolução (QCSAFMR)

O QCSAFMR de Alberto e colaboradores (2008) é constituído por um total de 48 afirmações agrupadas em três categorias (cada uma com 16 itens) e que dizem respeito a: fatores que se acredita poderem facilitar ou contribuir para a ocorrência de situações de abuso sexual de crianças; fatores ligados à sua manutenção; fatores que podem contribuir para a interrupção e resolução das mesmas. Neste instrumento é pedido aos participantes que reflitam acerca de cada uma das afirmações e que indiquem o seu grau de concordância com as mesmas através de uma escala de resposta tipo Likert de 5 pontos, que varia de 1 ("discordo totalmente") a 4 ("concordo totalmente). Apesar de no estudo original não vir descrita a inversão do item número cinco da categoria dos fatores que podem contribuir para a resolução das situações de abuso sexual ("O mais importante para pôr fim às relações sexualmente abusivas de crianças é: Mudar o comportamento da vítima, para ser menos provocadora"), no âmbito deste estudo, e de forma a permitir uma melhor e mais lógica interpretação dos resultados, o item foi invertido.

No estudo realizado por Fazenda (2010) os valores obtidos para o *alpha* de Cronbach para os fatores facilitadores/desencadeadores, para os fatores de manutenção e para os fatores de resolução foram de .893, .925 e .944 respetivamente, revelando assim uma consistência interna elevada. Por sua vez no presente estudo, obteve-se para os fatores facilitadores/desencadeadores um coeficiente de *alpha* de Cronbach de .912 revelando uma consistência interna elevada. Para os fatores de manutenção foi obtido um valor de *alpha* de Cronbach de .888, que traduz igualmente uma boa consistência interna, enquanto os fatores de

resolução obtiveram um valor de *alpha* de Cronbach ligeiramente mais baixo, mas ainda assim adequado (α = .796) (Maroco & Garcia-Marques, 2006; Kline, 2011).

2.2.3. Intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção

De forma a medir a intenção dos professores de EMRC de aplicar materiais/programas de prevenção do abuso sexual infantil nas suas aulas foram elaboradas sete questões de resposta fechada que surgem na última secção do questionário.

As questões foram contruídas tendo por base a Teoria da Ação Refletida/ Comportamento Planeado (Fishbein e Ajzen, 1975; Ajzen, 1991). Segundo esta teoria, a intenção de realizar um certo comportamento é determinada pela combinação de três fatores: a atitude face ao comportamento (avaliação subjetiva que o indivíduo faz sobre o comportamento e as suas consequências), a norma subjetiva (perceção da pressão social que o indivíduo pode sentir para adotar ou não o comportamento) e o controlo comportamental percebido (perceção da facilidade ou dificuldade do indivíduo em adotar ou não o comportamento). Posto isto, foram elaborados seis itens que abordavam cada um destes conceitos e um sétimo item que avaliava diretamente a intenção de aplicar materiais/programas de prevenção ("Tenciono vir a aplicar materiais/ programas de prevenção do abuso sexual infantil, nomeadamente os que o Grupo VITA está a elaborar?). À semelhança de estudos anteriores (Alexandre et al., 2023), era pedido aos participantes que expressassem a sua opinião em escalas de resposta que variavam de 0 a 100 pontos com intervalos de 10 pontos. As escalas de resposta por sua vez variavam consoante a componente do modelo que estavam a avaliar. Por exemplo para medir o controlo comportamental percebido uma das escalas de resposta variava entre 0 ("muito difícil ") a 100 ("muito fácil"). Por outro lado, para medir a norma subjetiva uma das escalas de resposta variava de 0 ("não é de todo da nossa competência") a 100 ("é totalmente da nossa competência") (ver Questionário, Anexo A).

O valor obtido para a consistência interna dos itens da escala foi bom (α = .845) (Maroco & Garcia-Marques, 2006; Kline, 2011).

2.3. Procedimentos de recolha de dados

Relativamente ao procedimento de recolha de dados, previamente ao início do mesmo, foram contactados os autores das escalas utilizadas no presente estudo de modo a obter a devida autorização para a sua utilização. Após a construção do questionário foram elaborados os documentos de consentimento informado e de debriefing. O estudo foi submetido à Comissão Especializada de Ética de Psicologia do Iscte-IUL, tendo obtido um parecer positivo para a sua

realização (PSI_03/2024-B). O link do questionário foi partilhado com o Secretariado Nacional de Educação Cristã (SNEC), entidade à qual solicitamos ajuda e que, por sua vez, partilhou o link com os professores de Educação Moral Religiosa e Católica. O processo de recolha de dados teve a duração de três meses. Todos os participantes prestaram o devido consentimento informado para a participação no estudo.

2.4 Procedimentos de análise

Após a recolha dos dados, os mesmo foram analisados recorrendo ao *software* IBM SPSS *Statistics* 29. Primeiramente foram analisadas as estatísticas descritivas (frequências, percentagens) das variáveis sociodemográficas envolvidas neste estudo (e.g., idade, sexo, anos de experiência, formação prévia na temática do abuso sexual infantil). De seguida, foram criadas cinco variáveis compósitas. A variável Crenças de Legitimação do Abuso Sexual Infantil foi criada através da agregação dos itens que compõe a escala ECAS de Machado e colaboradores (2000). As variáveis Fatores Desencadeadores/Facilitadores, Fatores de Manutenção e Fatores de Resolução foram criadas de acordo com as três dimensões existentes no QCSAFMR de Alberto e colaboradores (2008). Por último, a variável compósita da Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil foi criada através da agregação das últimas sete questões do questionário. A escolha desta agregação de itens foi feita tendo por base os conceitos principais da Teoria da Ação Refletida/ Comportamento Planeado (Fishbein e Ajzen, 1975; Ajzen, 1991). De seguida, foi realizada uma análise descritiva das variáveis compósitas e foram testadas as seguintes associações: associações entre as cinco variáveis compósitas; associação entre os itens que compõem a variável Fatores de Resolução e a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. Para as análises de associação consideraram-se os seguintes intervalos: valores entre 0.10 e 0.39 representam correlações fracas; valores entre 0.40 e 0.69 representam correlações moderadas; e valores entre 0.70 e 0.89 representam correlações fortes (Schober et al., 2018).

CAPÍTULO 3

Resultados

3.1. Estatísticas Descritivas

Quadro 3.1

Estatísticas Descritivas das Variáveis Compósitas consideradas no estudo

	N	*M*	*DP*	*Mínimo*	*Máximo*
Crenças de Legitimação	214	1.53	0.47	1.00	4.00
Fatores Desencadeadores/Facilitadores	192	2.00	0.48	1.00	3.25
Fatores Manutenção	191	2.96	0.40	1.88	4.00
Fatores Resolução	191	3.32	0.34	2.06	3.94
Intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção	186	76.71	16.11	0.00	100.00

Primeiramente, foram calculadas as estatísticas descritivas (e.g., média, desvio-padrão, mínimo e máximo) para cada variável compósita, que se encontram no Quadro 3.1. Relativamente às Crenças de Legitimação, os participantes atribuíram em média um valor próximo da pontuação mais baixa da escala, (1 = discordo totalmente; 5 = concordo totalmente), revelando assim uma tendência para discordar de crenças que legitimam o abuso sexual infantil (M =- 1.53, DP = 0.47).

Em relação aos Fatores Facilitadores/Desencadeadores do abuso sexual de crianças, verificou-se que, em média, os participantes evidenciam uma posição de discordância em relação às afirmações que compõem esta dimensão (M = 2.00, DP = 0.48, sabendo que a escala variava de, 1 = discordo totalmente a 4 = concordo totalmente). No que concerne aos Fatores de Manutenção das relações sexualmente abusivas, observou-se que, em média, os participantes se situaram aproximadamente no valor 3 da escala (M = 2.96, DP = 0.40), demonstrando uma tendência para concordar com as afirmações apresentadas nesta dimensão. No que diz respeito aos Fatores de Resolução do abuso sexual de crianças, os participantes revelaram uma disposição para concordar com as afirmações que integram este fator, (M = 3.32, DP = 0.34).

Por fim, relativamente à intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção do abuso sexual infantil, verificou-se que, em média, os professores de EMRC se posicionaram aproximadamente, no nível 80 da escala (M = 76.71, DP = 16.11), um valor próximo da pontuação mais alta da escala (a escala de resposta variava entre 0 e 100), revelando assim intenção de aplicar materiais e programas que contribuem para a prevenção do abuso sexual infantil (Quadro 3.1).

3.2. Fatores Desencadeadores/Facilitadores, de Manutenção e Resolução

Foram analisadas as respostas dos participantes com base no seu grau de concordância com cada um dos itens que compõem a escala. Os resultados obtidos encontram-se nos Quadros 3.2, 3.3 e 3.4.

Relativamente à dimensão Fatores Desencadeadores/Facilitadores do abuso sexual de crianças (ver Quadro 3.2), o item com o qual os participantes apresentaram maior concordância correspondeu a " antecedentes de violência na família de origem do abusador" com 45.8%, seguido do item "o adulto abusador foi ele próprio vítima de abuso sexual quando criança ou adolescente" com 41.1% de concordância. A "doença mental do abusador" surgiu também como um fator de relevo, tendo sido apontada por 39.1% dos respondentes.

Ao analisar os itens que geraram maior discordância por parte dos participantes constatou-se que a quase totalidade dos mesmos (95.3%) discordou de que o "comportamento provocador da vítima" fosse uma das causas. Da mesma forma, os respondentes discordaram que a "falta de atenção por parte do cônjuge em relação ao abusador" (93.3%) e o "baixo grau de instrução do abusador" (92.2%) sejam fatores que facilitem ou desencadeiem o abuso sexual de crianças.

Quadro 3.2

Percentagem de respostas obtidas para cada item da Dimensão Fatores Desencadeadores/ Facilitadores

I.	**O abuso sexual de crianças geralmente acontece devido a:**	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente
1.	Consumos de álcool ou drogas por parte do abusador		13	59.4	27.6
2.	Falta de atenção para com a criança/adolescente que fica assim mais vulnerável	3.6	33.9	44.3	18.2

3. Baixo grau de instrução do abusador	1	6.8	51.6	40.6
4. Baixa autoestima do abusador	3.1	29.2	42.7	25
5. Deficiência mental e/ou física da vítima	0.5	16.1	50	33.3
6. Comportamento provocador da vítima		4.7	44.8	50.5
7. Idade da vítima	2.1	19.8	38	40.1
8. Problemas conjugais do abusador	1	9.4	52.1	37.5
9. Falta de atenção para com o abusador por parte do cônjuge	0.5	6.3	46.9	46.4
10. Antecedentes de violência na família de origem do abusador	2.6	43.2	40.1	14.1
11. Isolamento social da família da vítima	0.5	25	49.5	25
12. O adulto abusador foi ele próprio vítima de abuso sexual quando criança ou adolescente	3.1	38	45.8	13
13. Características habitacionais que favorecem a promiscuidade	1	35.9	46.4	16.7
14. Educação das crianças no sentido de que o adulto deve ser sempre obedecido	2.6	31.3	48.4	17.7
15. Doença mental do abusador	7.3	31.8	41.7	19.3
16. Atitude negligente por parte dos pais da criança/adolescente vítima	2.1	32.3	49.5	16.1

Em relação aos Fatores de Manutenção das relações sexualmente abusivas, os participantes evidenciaram, de um modo geral, uma tendência para concordar com os itens que compõem esta dimensão (ver Quadro 3.3). Os itens com os quais os participantes apresentaram maior concordância foram o "medo, por parte da vítima, de que não acreditem nela" com 96.8% e as "ameaças por parte do abusador" com 96.3%. Ainda com um alto nível de concordância entre os participantes surge a "ambivalência de sentimentos da vitima face ao abusador, uma vez que geralmente é seu conhecido e/ou familiar" (89.4%) e a "ausência de denúncia por parte da vítima ou da família" (87.9%). Por sua vez, ao analisar os itens que suscitaram maior discordância por parte dos participantes verificou-se que, 47.1% discordou de que a "valorização da intimidade pessoal/privacidade", assim como a "ausência de denúncia por parte

dos profissionais"(44.7%), sejam fatores que contribuem para a manutenção das relações sexualmente abusivas.

Quadro 3.3

Percentagem de respostas obtidas para cada item da Dimensão Fatores de Manutenção

II. O que mais contribui para a manutenção das relações sexualmente abusivas é:	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Ausência de denúncia por parte da vítima ou da família	29.8	58.1	11	1
2. Falta de confiança na eficácia da justiça	16.8	54.7	24.2	4.2
3. Valorização da intimidade pessoal/privacidade	6.8	46.1	34	13.1
4. Isolamento social da vítima e/ou da família	9.5	58.4	28.4	3.7
5. Falta de conhecimentos da vítima sobre como pedir ajuda	17.4	67.9	14.2	0.5
6. Ambivalência de sentimentos da vítima face ao abusador, uma vez que geralmente é seu conhecido e/ou familiar	20.5	68.9	10	0.5
7. Medo, por parte da vítima, de que não acreditem nela	34.7	62.1	3.2	
8. Desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos	20.6	64.6	13.2	1.6
9. Ameaças por parte do abusador	46.3	50	3.7	
10. Medo, por parte da vítima, de que o abusador seja preso, no caso de ser um familiar próximo	15.8	67.4	15.8	1.1
11. Ternura, atenção e prestação de cuidados por parte do abusador, fora dos momentos de abuso	8.9	64.7	22.6	3.7
12. Ausência de denúncia por parte dos profissionais	7.4	47.9	36.8	7.9
13. A boa imagem social e o poder que o adulto (abusador) possa ter na comunidade	17.9	67.9	13.2	1.1
14. O receio da vítima de ser sujeita a várias avaliações e depoimentos	18	64	16.4	1.6
15. O receio da vítima de que venha a ser colocada numa instituição	12.6	64.7	21.1	1.6

16. O medo da vítima de que fique rotulada como "alguém que foi sexualmente abusado"	23.2	63.2	13.2	0.5

No que diz respeito aos Fatores de Resolução do abuso sexual de crianças, as respostas dos participantes tendem a estar em concordância com os itens que compõem esta dimensão (ver Quadro 3.4). É importante salientar que "tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos" (97.8%), " estimular a denúncia das situações de abuso sexual" (97.4%) e "criar programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer "não" ao abusador" (97.3%) foram os itens considerados mais importantes pelos participantes para solucionar as situações de abuso sexual. Ainda com uma elevada percentagem de concordância surgem os itens "dar apoio à vítima para que ela adquira competências para impedir o abuso" com 96.9% e "validar, no dia-a-dia, os direitos das crianças" com 96.3%. Entre os itens com os quais os participantes apresentaram maior discordância, destacam-se "mudar o comportamento da vítima, para ser menos provocadora" (82.2%) e "fazer tratamento ao abusador para que se torne estéril, diminuindo os seus impulsos sexuais" (55%), sendo por isso considerados menos importantes para pôr fim às relações sexualmente abusivas.

Quadro 3.4

Percentagem de respostas obtidas para cada item da Dimensão Fatores de Resolução

III. O mais importante para pôr fim às relações sexualmente abusivas de crianças é:	Concordo totalmente	Concordo	Discordo	Discordo totalmente
1. Identificar indivíduos com perfil de abusadores sexuais e impedi-los de se aproximarem de crianças	28.8	54.5	15.7	1
2. Informar mais a população geral sobre a problemática do abuso sexual de crianças	60.2	35.6	3.7	0.5
3. Estimular a denúncia de situações de abuso sexual	64.9	32.5	2.1	0.5
4. Validar, no dia-a-dia, os direitos das crianças	60	36.3	3.2	0.5
5. Mudar o comportamento da vítima, para ser menos provocadora	2.6	15.2	50.3	31.9
6. Impedir legalmente o abusador de se aproximar da vítima	61.3	34	3.7	1

7. Agravar as condenações dos abusadores sexuais	58.1	36.1	5.2	0.5
8. Estimular a separação/divórcio do casal, no caso do abuso sexual intrafamiliar	27.7	46.3	21.8	4.3
9. Dar apoio à vítima para que ela adquira competências para impedir o abuso	63.4	33.5	3.1	
10. Tratar psiquiatricamente o agressor	50.8	45	3.7	0.5
11. Melhorar as condições socioeconómicas das famílias	28.3	56	14.1	1.6
12. Proteger a vítima afastando-a do abusador, se necessário pela institucionalização	21.2	48.1	25.9	4.8
13. Proporcionar uma intervenção social e terapêutica com toda a família da vítima e do abusador	38.6	49.7	10.1	1.6
14. Fazer tratamento ao abusador para que se torne estéril, diminuindo os seus impulsos sexuais	14.8	30.2	40.2	14.8
15. Criar programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer "Não" ao abusador	67.9	29.4	1.6	1.1
16. Tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos	77.2	20.6	1.6	0.5

3.3. Associações entre as variáveis compósitas consideradas no estudo

De forma a testar as nossas hipóteses e estudar as associações entre as diferentes variáveis do estudo, recorreu-se ao coeficiente de correlação de Pearson. Os resultados desta análise encontram-se no Quadro 3.5.

Quadro 3.5

Associações entre as Variáveis Compósitas consideradas no estudo

Variáveis	1	2	3	4	5
1. Crenças de Legitimação					
2. Fatores Desencadeadores/Facilitadores	.42**				
3. Fatores de Manutenção	-.32**	.15*			
4. Fatores de Resolução	-.44**	-.08	.46**		
5. Intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção	-.24**	-.15*	.08	.27**	

Nota: *$p < .05$ **$p < .01$

Da análise de Pearson efetuada, constatou-se que as Crenças de Legitimação apresentaram uma correlação positiva, significativa e moderada com os Fatores Desencadeadores/Facilitadores ($r = .42$, $p < .001$), o que sugere que quanto maior a concordância com crenças que legitimam o abuso sexual infantil, maior será também a tendência para concordar com afirmações que abordam fatores que se acredita puderem facilitar ou desencadear o próprio abuso sexual de crianças, ou vice-versa. Por outro lado, verificou-se que as Crenças de Legitimação se correlacionaram de forma negativa e significativa com as restantes dimensões do QCSAFMR, evidenciando uma correlação moderada com os Fatores de Resolução ($r = -.44$, $p < .001$) e uma correlação fraca com os Fatores de Manutenção ($r = -.32$, $p < .001$). Estes resultados indicam que quanto maior for a concordância com crenças que procuram justificar o abuso sexual infantil, menor será a concordância com fatores que contribuem para a manutenção das relações sexualmente abusivas, assim como para o término das mesmas, ou vice-versa.

Por sua vez, foi possível observar que as Crenças de Legitimação apresentaram uma correlação negativa e significativa, mas fraca, com a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil ($r = -.24$, $p < .001$), o que significa que quanto maior a concordância com crenças que legitimam o abuso sexual infantil, menor a intenção de aplicar materiais/programas de prevenção desse mesmo abuso, ou vice-versa.

Adicionalmente, verificou-se uma correlação negativa e significativa, mas fraca entre a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil e os Fatores Desencadeadores/Facilitadores ($r = -.15$, $p < .05$), o que sugere que quanto maior for a intenção de aplicar materiais/programas de prevenção, menor será a tendência para concordar

com afirmações que abordam fatores que se acredita puderem facilitar ou desencadear o próprio abuso sexual de crianças, ou vice-versa. Por último, também se verificou a existência de uma correlação positiva e significativa, mas também ela fraca, entre a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil e os Fatores de Resolução ($r = .27$, $p < .001$), indicando assim que, quanto maior for a intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção, maior será a concordância com fatores que se acredita contribuírem para pôr fim às relações sexualmente abusivas de crianças, ou vice-versa.

3.4. Associações entre a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil e os itens da dimensão Fatores de Resolução

Neste estudo, foram ainda exploradas as associações entre os itens que constituem a dimensão Fatores de Resolução e a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. As associações encontram-se no Quadro 3.6.

Quadro 3.6

Associações entre os itens da Dimensão Fatores de Resolução e a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção

Itens da Dimensão Fatores de Resolução	Intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção
1. Identificar indivíduos com perfil de abusadores sexuais e impedi-los de se aproximarem de crianças	.15*
2. Informar mais a população geral sobre a problemática do abuso sexual de crianças	.24**
3. Estimular a denúncia de situações de abuso sexual	.21**
4. Validar, no dia-a-dia, os direitos das crianças	.17*
5. Mudar o comportamento da vítima, para ser menos provocadora	-.07
6. Impedir legalmente o abusador de se aproximar da vítima	.15*
7. Agravar as condenações dos abusadores sexuais	.21**
8. Estimular a separação/divórcio do casal, no caso do abuso sexual intrafamiliar	.03
9. Dar apoio à vítima para que ela adquira competências para impedir o abuso	.30**
10. Tratar psiquiatricamente o agressor	.14*

11. Melhorar as condições socioeconómicas das famílias	-.00
12. Proteger a vítima afastando-a do abusador, se necessário pela institucionalização	.02
13. Proporcionar uma intervenção social e terapêutica com toda a família da vítima e do abusador	.24**
14. Fazer tratamento ao abusador para que se torne estéril, diminuindo os seus impulsos sexuais	.00
15. Criar programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer "Não" ao abusador	.23**
16. Tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos	.31**

Nota: *$p < .05$ **$p < .01$

Através da observação do Quadro 3.6, verificou-se que quase todos os itens apresentaram correlações positivas e significativas, com exceção dos itens 5, 8, 11, 12 e 14. "Tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos" ($r = .31$ $p < .001$) e "Dar apoio à vítima para que ela adquira competências para impedir o abuso" ($r = .30$ $p < .001$) foram os itens que apresentaram correlações mais fortes com a variável Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil, comparativamente aos restantes itens da dimensão (sendo ainda assim correlações consideradas fracas). Destacam-se ainda os itens "Informar mais a população geral sobre a problemática do abuso sexual de crianças" ($r = .24$ $p < .001$), "Proporcionar uma intervenção social e terapêutica com toda a família da vítima e do abusador" ($r = .24$ $p < .001$) e "Criar programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer "Não" ao abusador" ($r = .23$ $p < .001$) apresentaram correlações positivas, significativas, mas fracas com a Intenção de Aplicação de Materiais/Programas de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. Estes resultados indicam que, quanto maior a intenção de aplicar materiais de prevenção, maior será a tendência para concordar com afirmações referentes a fatores que procuram combater e por fim às relações sexualmente abusivas de crianças, ou vice-versa.

CAPÍTULO 4

Discussão

O presente estudo tinha como objetivo geral obter conhecimento acerca das crenças associadas ao abuso sexual infantil em professores de Educação Moral Religiosa e Católica (EMRC). Em específico, procurou compreender-se a existência de uma possível associação entre estas crenças e a intenção de aplicar materiais ou programas de prevenção do abuso sexual infantil, num contexto muito particular, que é o contexto das aulas de EMRC. Foram, ainda, definidas duas hipóteses: (H_1) as crenças de legitimação do abuso sexual infantil estão negativamente associadas à intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção do abuso sexual infantil, esperando-se que aqueles que apresentem maior concordância com afirmações que legitimem o abuso, apresentem uma menor intenção de aplicar materiais de prevenção; (H_2) as crenças sobre fatores que contribuem para a resolução de situações sexualmente abusivas estão positivamente associadas à intenção de aplicação de materiais/programas de prevenção do abuso sexual infantil, esperando-se que aqueles que apresentem maior concordância com as afirmações que constituam crenças de resolução, apresentem uma maior intenção de aplicar materiais/programas de prevenção. Face ao exposto destacam-se alguns resultados.

Os resultados do presente estudo sugerem uma associação negativa entre as crenças de legitimação do abuso sexual infantil e a intenção de adotar medidas preventivas como a aplicação de programas de prevenção do abuso sexual, confirmando-se a hipótese 1. Esta associação vem acentuar a importância de melhor compreender as crenças associadas a este fenómeno uma vez que as mesmas influenciam a prática preventiva como evidenciado em estudos anteriores conduzidos com outro tipo de população (Babatsikos & Miles, 2015; Kenny & Wurtele, 2010; Walsh et al., 2008).

Relativamente à segunda hipótese, esta foi também confirmada, verificando-se uma associação positiva entre as crenças relativas à resolução de situações sexualmente abusivas e a intenção de aplicação de materiais e programas de prevenção. Esta associação parece indicar que quanto mais as pessoas acreditam na eficácia de estratégias para resolver situações de abuso sexual infantil como por exemplo, criar programas que abordem a assertividade (das crianças), para que tenham a capacidade de dizer "não" à pessoa agressora ou dar apoio à vítima para que ela adquira competências para impedir o abuso, maior é a sua intenção de aplicar programas de prevenção de abuso sexual infantil. Tais resultados sugerem que as crenças sobre a resolução desta problemática desempenham um papel importante na motivação para a implementação de

programas, o que vai ao encontro de evidências de estudos anteriores (Babatsikos & Miles, 2015; Finkelhor, 2009; Walsh et al., 2012). Estes resultados podem ser enquadrados e analisados à luz do Modelo COMB-B de Michie e colaboradores (2011). De acordo com este modelo, a realização de um determinado comportamento resulta da interação entre a capacidade (componente que envolve a capacidade física e psicológica para realizar o comportamento), a oportunidade (componente que se refere a fatores externos que tornam ou não possível a realização do comportamento, como o acesso a recursos e materiais) e a motivação (componente que inclui aspetos como crenças e intenções). Quando os profissionais e membros da comunidade acreditam que têm a capacidade, a oportunidade e a motivação necessárias, é mais provável que adotem determinado comportamento (Michie et al., 2011). No contexto desta investigação, a capacidade refere-se ao conhecimento e competências necessárias para implementar programas de prevenção do abuso sexual infantil eficazes, a oportunidade refere-se à disponibilidade desses materiais e programas de prevenção e a motivação refere-se à própria intenção de aplicar materiais e programas de prevenção. Face ao exposto, podemos argumentar que ao capacitar os professores de EMRC através de ações de formação e workshops, ao disponibilizar-lhes recursos e materiais de prevenção para aplicar nas suas aulas e ao desconstruir as suas crenças, muitas vezes estereotipadas, sobre a temática do abuso sexual infantil, estamos a contribuir para o aumento da sua motivação e, consequentemente, para a adoção de comportamentos de prevenção.

Alguns dos resultados deste estudo vão também ao encontro dos resultados obtidos por Fazenda (2010) e Querido (2010). No que diz respeito às crenças associadas aos fatores que podem facilitar/desencadear o abuso sexual infantil, as afirmações que reuniram maior concordância por parte dos participantes foram a existência de "antecedentes de violência na família de origem do abusador" e "o adulto abusador foi ele próprio vítima de abuso sexual quando era criança ou adolescente". Estes resultados vão ao encontro da literatura existente que enfatiza a importância e o impacto que as experiências traumáticas na infância têm na vida adulta (Aguilar, 2010, citado por Querido, 2010). Por sua vez, relativamente aos fatores que contribuem para a manutenção das relações sexualmente abusivas, existiram ligeiras diferenças nas respostas dos participantes. No estudo de Querido (2010) os participantes focaram-se na "ausência de denúncia por parte da vítima e da família", e no "medo por parte da vítima de que não acreditem nela", sendo estes os fatores com as percentagens de concordância mais altas. Já no presente estudo, o "medo, por parte da vítima, de que não acreditem nela" evidenciou-se como o item com maior concordância por parte dos participantes, seguido das "ameaças por

parte do abusador". Estes resultados são corroborados pela literatura existente que refere as ameaças por parte da pessoa agressora e o medo da estigmatização como motivos explicativos da ausência de denúncia (Fávero, 2003).

Por fim, relativamente às crenças associadas à resolução de relações sexualmente abusivas, o presente estudo revelou uma ligeira diferença comparativamente aos estudos de Fazenda (2010) e Querido (2010). Na nossa amostra, o item que apresentou maior concordância foi "tornar os procedimentos nos Tribunais mais rápidos e menos dolorosos", seguido de "estimular a denúncia das situações de abuso sexual" e "criar programas que trabalhem a assertividade das crianças, para que tenham a capacidade de dizer "não" ao abusador". No estudo de Fazenda (2010) os participantes deram maior importância às questões da informação da população geral sobre a problemática do abuso sexual de crianças e ao dar apoio à vítima para que ela adquira competências para impedir o abuso. Por sua vez, no estudo de Querido (2010), os participantes mostraram maior concordância com crenças relacionadas com a estimulação da denúncia e a validação dos direitos das crianças. É possível que estas ligeiras diferenças possam advir do facto dos estudos terem sido conduzidos com recurso a populações distintas, sendo o estudo de Querido (2010) realizado com educadores de infância, o de Fazenda (2010) com médicos e enfermeiros dos cuidados de saúde primários e o presente estudo realizado com professores de EMRC. É de salientar que os estudos de Querido (2010) e Fazenda (2010) foram desenvolvidos há quase 15 anos, podendo esta passagem de tempo ser responsável pelas ligeiras diferenças nos resultados. Nos últimos anos, a problemática do abuso sexual infantil tem tido cada vez mais atenção, tendo resultado na criação e desenvolvimento de estratégias e políticas dirigidas à prevenção deste fenómeno. Posto isto, e dado que, as crenças acerca de uma determinada temática são também moldadas pelo contexto e pelas normas sociais (Brando & Lourenço, 2021), podemos argumentar que as ligeiras diferenças entre os resultados dos estudos possam ser resultado de uma maior consciencialização e sensibilização da população para a problemática.

4.1. Implicações Teóricas e Práticas

Este estudo contribuiu para uma melhor compreensão sobre as crenças acerca do abuso sexual infantil presentes nos professores de EMRC e como estas são importantes e estão interligadas com a forma como estes podem vir a agir e a adotar comportamentos de prevenção.

A problemática do abuso sexual infantil tem tido muita atenção, nos últimos anos devido ao crescente número de casos presente um pouco por todo o globo. Apesar da vasta investigação

na temática do abuso sexual infantil no contexto da Igreja Católica a nível internacional, a relevância teórica do presente estudo assenta essencialmente no recurso a uma amostra na população portuguesa que ainda não tinha sido estudada, nomeadamente de professores de EMRC. O contexto escolar tem sido evidenciado na literatura como um contexto privilegiado para a realização de programas de prevenção do abuso sexual infantil (Damasceno et al., 2024). De acordo com Pintor (2024), todas as instituições, nomeadamente a escola, que mantenham um contacto direto com as crianças devem estar preparadas, informadas e atentas para que seja possível um reconhecimento rápido das situações de abuso, com vista a uma prevenção apropriada e eficaz. A mesma fonte enfatiza a urgência do desenvolvimento de programas de prevenção do abuso sexual infantil que tenham como objetivo a capacitação das crianças para que, elas próprias, consigam identificar situações inadequadas (e.g., toques inadequados) e desenvolvam estratégias de prevenção, como o estabelecimento de limites pessoais. Neste sentido, os professores têm um papel fundamental, como agentes de prevenção, uma vez que, assenta sobre eles a responsabilidade de ajudar e empoderar as crianças. Para que tal seja possível, é necessário que os próprios professores estejam eles capacitados, de forma a que consigam transmitir o conhecimento e estratégias adequadas (Ferreira, 2019). É então necessário que sejam desenvolvidos programas e ações de formação e sensibilização (como as desenvolvidas pelo Grupo VITA) baseadas em conhecimento e evidências empíricas que sejam destinados especificamente a esta população, uma vez que a mesma apresenta particularidades na sua atuação preventiva. É de salientar que as ações de formação são o ponto de partida para a prevenção, sendo que, antes de atuar, é necessário conhecer a problemática em questão e refletir sobre as crenças associadas à mesma.

Face ao exposto e, apesar de ter existido recentemente um movimento de capacitação destes profissionais (Grupo VITA: Relatório de atividades II, 2024), o presente estudo vem permitir melhorar as ações formativas e contribuir consequentemente para a melhoria da qualidade das mesmas, através, mais especificamente, do estudo das crenças existentes em torno do fenómeno do abuso sexual infantil.

4.2. Limitações do estudo e sugestões para a investigação futura

Relativamente às limitações do presente estudo, apontamos uma limitação a nível metodológico que se prende com o instrumento usado, o "Questionário Sobre Abuso Sexual de Crianças – Fatores Desencadeadores/Facilitadores, de Manutenção e Resolução (QCSAFMR)" de Alberto e colaboradores (2008). Apesar do mesmo se mostrar relevante para o estudo da problemática em questão e adequado devido às boas qualidades psicométricas que possui,

evidenciadas em estudos anteriores onde foi utilizado, não foi possível a fatorização dos itens, uma vez que a escala remete para três dimensões-chave. Sugere-se que se deva dar continuidade à realização de estudos com este instrumento recorrendo a uma amostra maior que permita fazer estas análises (Mundfrom et al., 2005).

No futuro seria também pertinente monitorizar as ações formativas e compreender se após a participação nas mesmas, os profissionais adotam efetivamente medidas preventivas. Em concreto, e no contexto da Igreja Católica em Portugal, estão a ser desenvolvidos materiais e programas de prevenção, a saber: o Programa Girassol, para crianças de 1º ciclo (Pinto, 2024) e o Jogo Digital "Lighthouse Game", para crianças de 2º e 3º ciclos (Conceição, 2024). Será portanto essencial compreender se em função das suas crenças os professores de EMRC irão aderir à implementação destes recursos.

Referências Bibliográficas

Agulhas, R., Alexandre, J., Carvalho, H., Barroso, R., Anciães, A., Neo-Costa, J., & Mota, M. (2023). Grupo VITA: Relatório de Atividades I. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa.

Agulhas, R., Alexandre, J., Carvalho, H., Barroso, R., Anciães, A., & Neo-Costa, J. (2024). Grupo VITA: Relatório de Atividades II. Lisboa: Conferência Episcopal Portuguesa.

Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179-211

Ajzen, I., & Fishbein, M. (1988). Theory of reasoned action-Theory of planned behavior. *University of South Florida*, *2007*, 67-98.

Alexandre, J., Almeida, S., Santos, R., Sebastião, P., & Santos, M. (2023). Estudo sobre o impacto das ações de sensibilização em cibersegurança. Lisboa: Audax_ Iscte e Observatório de Cibersegurança do CNCS

American Psychology Association. 2023. Sexual Abuse. [online].[acedido a 12 de Novembro 2023]. Disponível em: https://www.apa.org/topics/sexual-abuse/index.aspx

Babatsikos, G., & Miles, D. (2015). Teachers' attitudes and beliefs about child sexual abuse prevention education. *Early Child Development and Care*, 185(6), 938-953.

Bandura, A. (1982). Self-efficacy mechanism in human agency. *American psychologist*, *37*(2), 122.

Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., & Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: A systematic review and meta-analysis. *International journal of public health*, *58*, 469-483.

Beitchman, J. H., Zucker, K. J., Hood, J. E., & Akman, D. (1991). A review of the short-term effects of child sexual abuse. *Child abuse & neglect*, *15*(4), 537-556.

Blakemore, T. Herbert, J. Arney, F. & Parkinson, F. (2017) The impacts of institutional child sexual abuse: A rapid review of the evidence, *Child Abuse & neglect*, 74, 35-48.

Brando, J. O. S., & Lourenço, L. M. (2021). *Uma introdução ao estudo das crenças na psicologia social cognitiva*. Editora CRV.

Breiding, M. J., Smith, S. G., Basile, K. C., Walters, M. L., Chen, J., & Merrick, M. T. (2014). Prevalence and characteristics of sexual violence, stalking, and intimate partner violence victimization—National Intimate Partner and Sexual Violence Survey, United States, 2011. *MMWR Surveill Summ*, *63*(8), 1-18.

Briere, J., & Elliott, D. M. (2003). Prevalence and psychological sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. *Child abuse & neglect*, *27*(10), 1205-1222.

Briggs, F., & Hawkins, R. M. (1994). *Child protection: A guide for teachers and child care professionals*. Allen & Unwin.

Brown, A., & Finkelhor, D. (1986). Impact of child sexual abuse: A review of the literature. *Psychological Bulletin*, 99(1), 66-77.

Campos, J. L. (2016). Criança vítima de violência sexual: recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa. *Psicol. inf*, 25-47.

Cardoso, D. C. I. L. (2016). *Abuso sexual infantil* (Dissertação de Mestrado).

Carsane, P. A. P. (2018). *Prevalência de abusos sexuais de crianças em Portugal* (Doctoral dissertation).

Catholic News Agency. (2019). *Pope Francis' reforms on sexual abuse: a timeline*

Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa. (2023). *Dar voz ao silêncio: Relatório final*.

Comissão Independente sobre Abuso Sexual na Igreja [CIASE]. (2021). *Rapport de la Commission indépendante sur les abus sexuels dans l'Église 1950-2020* [Relatório da Comissão Independente sobre Abuso Sexual na Igreja 1950-2020]. CIASE.

Conselho da Europa. (2007). *Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais* (Convenção de Lanzarote)

Courtois, C. A. (2009). Treating complex traumatic stress disorders: An evidence-based guide.

CP [Código Penal Português]. 1995. Atualizado até à Lei n.º 15/2024 de 29/01. Disponível em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=109A0171&nid=109&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=

Conceição, I. (no prelo). Lighthouse Game: Um programa de prevenção primária do abuso sexual infantil, no contexto da Igreja Católica em Portugal, para crianças dos 6 aos 9 anos. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Lisboa. ISCTE

Cyr, M., McDuff, P., & Wright, J. (2006). Prevalence and predictors of dating violence among adolescent female victims of child sexual abuse. *Journal of interpersonal violence*, *21*(8), 1000-1017.

Damasceno, D. P., Brito, A. D. C. U., & da Silva, N. P. (2024). Educar é prevenir: Práticas de ensino para prevenção primária da violência sexual na infância. *Educar*, *8*(1).

Direção-Geral da Educação. (2014). *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica para o Ensino Básico e Secundário*. Ministério da Educação e Ciência, Portugal.

Dong, M., Anda, R. F., Dube, S. R., Giles, W. H., & Felitti, V. J. (2003). The relationship of exposure to childhood sexual abuse to other forms of abuse, neglect, and household dysfunction during childhood. *Child abuse & neglect*, *27*(6), 625-639.

Doyle, T. P. (2006). Clericalism: Enabler of Clergy Sexual Abuse. *Pastoral Psychology*, 54(3), 189-213.

Dube, S. R., Anda, R. F., Whitfield, C. L., Brown, D. W., Felitti, V. J., Dong, M., & Giles, W. H. (2005). Long-term consequences of childhood sexual abuse by gender of victim. *American journal of preventive medicine*, *28*(5), 430-438.

Dube, S. R., Felitti, V. J., Dong, M., Chapman, D. P., Giles, W. H., & Anda, R. F. (2003). Childhood abuse, neglect, and household dysfunction and the risk of illicit drug use: the adverse childhood experiences study. *Pediatrics*, *111*(3), 564-572.

Dubowitz, H., Black, M. M., Kerr, M. A., Hussey, J. M., Morrel, T. M., Everson, M. D., & Starr Jr, R. H. (2001). Type and timing of mothers' victimization: effects on mothers and children. *Pediatrics*, *107*(4), 728-735.

Dyb, G., Holen, A., Steinberg, A. M., Rodriguez, N., & Pynoos, R. S. (2003). Alleged sexual abuse at a day care center: impact on parents. *Child abuse & neglect*, *27*(8), 939-950.

Fávero, M. (2003). Sexualidade infantil e abusos sexuais a Menores. Lisboa. Climepsi.

Fazenda, I. (2010). *Representações Sociais em torno do Abuso Sexual de Crianças numa amostra de Médicos e Enfermeiros dos Cuidados de Saúde Primários*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

Ferreira, M. F. (2019). Formação de professores para prevenção do abuso sexual infantil.

Finkelhor, D. (1994). Current Information on the Scope and Nature of Child Sexual Abuse. *The Future of Children*, 4(2), 31-53

Finkelhor, D. (2009). The prevention of childhood sexual abuse. *The Future of Children*, 19(2), 169-194.

Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention, and behavior: An introduction to theory and research.* Reading, MA: Addison-Wesley.

Fischer, D. G., & McDonald, W. L. (1998). Characteristics of intrafamilial and extrafamilial child sexual abuse. *Child abuse & neglect*, *22*(9), 915-929.

Frawley-O'Dea, M. G. (2007). *Perversion of power: Sexual abuse in the Catholic Church*. Vanderbilt University Press.

Gilbert, R., Widom, C. S., Browne, K., Fergusson, D., Webb, E., & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *The lancet*, *373*(9657), 68-81.

Guimarães, P. R. B. (2008). Métodos quantitativos estatísticos. *Curitiba: Iesde Brasil SA*, *1*, 252.

Herman, J. L. (2015). *Trauma and recovery: The aftermath of violence--from domestic abuse to political terror*. Hachette uK.

Hornor, G. (2010). Child sexual abuse: Consequences and implications. *Journal of pediatric health care*, *24*(6), 358-364.

John Jay College of Criminal Justice. (2004). *The nature and scope of sexual abuse of minors by Catholic priests and deacons in the United States, 1950-2002*. United States Conference of Catholic Bishops.

John Jay College of Criminal Justice. (2011). *The causes and context of sexual abuse of minors by Catholic priests in the United States, 1950-2010*. United States Conference of Catholic Bishops.

Karayianni, E., Fanti, K. A., Diakidoy, I. A., Hadjicharalambous, M. Z., & Katsimicha, E. (2017). Prevalence, contexts, and correlates of child sexual abuse in Cyprus. *Child abuse & neglect*, *66*, 41-52.

Kenny, M. C., & Wurtele, S. K. (2010). Teachers' knowledge, attitudes, and behaviors toward child sexual abuse: A literacy call to action. *Child Abuse & Neglect*, 34(8), 566-574.

Kline, R. B. (2011). Principles and practice of structural equation modeling. (3a ed.). New York: Guilford Press.

Kloppen, K., Haugland, S., Svedin, C. G., Mæhle, M., & Breivik, K. (2016). Prevalence of child sexual abuse in the Nordic countries: A literature review. *Journal of child sexual abuse*, *25*(1), 37-55.

Krahé, B., & Boer, D. (2016). The role of the media in the sexual victimization of children: A review of the literature. *Journal of Child Sexual Abuse*, 25(7), 781-795.

Lima, B. L. T. (2021). Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual. *Educação*, *4*, 33.

Lise, F., & Motta, M. D. G. C. D. (2012). Violência doméstica infantil: abordagem da enfermagem. *Acta scientiarum: health science. Vol. 34, n. 1 (jan./jun. 2012), p. 53-58*.

Machado, C., Gonçalves, R., & Matos, M. (2000). Escalas para avaliação do enquadramento cultural da violência contra mulheres e crianças. Braga: Universidade do Minho.

Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de psicologia*, *4*(1), 65-90.

Martin, G., Bergen, H. A., Richardson, A. S., Roeger, L., & Allison, S. (2004). Sexual abuse and suicidality: Gender differences in a large community sample of adolescents. *Child abuse & neglect*, *28*(5), 491-503.

Mathews, B., & Collin-Vézina, D. (2019). Child sexual abuse: Toward a conceptual model and definition. *Trauma, Violence, & Abuse*, *20*(2), 131-148.

Mathews, B., & Kenny, M. C. (2008). *Mandatory reporting legislation in the USA, Canada and Australia: A cross-jurisdictional review of key features, differences and issues*. *Child Maltreatment, 13*(1), 50-63.

Mendes, A. (2020). *A formação contínua dos professores de Educação Moral e Religiosa Católica*. Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã.

Ministério da Administração Interna. (2022). *Relatório anual de segurança interna*. Lisboa.

Ministério da Administração Interna. (2023). *Relatório anual de segurança interna*. Lisboa.

Ministério da Educação. (2019). *Programa e Metas Curriculares da Educação Moral e Religiosa Católica para o Ensino Básico e Secundário*. Ministério da Educação de Portugal.

Mullers, E. S., & Dowling, M. (2008). Mental health consequences of child sexual abuse. *British journal of nursing*, *17*(22), 1428-1433.

Mundfrom, D. J., Shaw, D. G., & Ke, T. L. (2005). Minimum sample size recommendations for conducting factor analyses. *International journal of testing*, *5*(2), 159-168.

Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., & Gómez-Benito, J. (2009). *The international epidemiology of child sexual abuse: A continuation of Finkelhor (1994)*. *Child Abuse & Neglect, 33*(6), 331-342.

Pineda-Lucatero, A. G., Trujillo-Hernández, B., Millán-Guerrero, R. O., & Vasquez, C. (2009). Prevalence of childhood sexual abuse among Mexican adolescents. *Child: care, health and development*, *35*(2), 184-189.

Pinto, T. (no prelo). Programa Girassol: Prevenção primária do abuso sexual infantil, no contexto da Igreja Católica em Portugal, para crianças dos 6 aos 9 anos. Dissertação apresentada

para obtenção do grau de mestre em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco. Lisboa. ISCTE

Pintor, M. A. (2020). *Abuso Sexual Infantil: O Educador Social em Contexto Escolar* (Master's thesis, Instituto Politecnico de Braganca (Portugal)).

Plante, T. G. (2004). *Sin against the innocents: Sexual abuse by priests and the role of the Catholic Church*. Bloomsbury Publishing USA.

Plummer, C. A., & Njuguna, W. (2009). Cultural protective and risk factors: Professional perspectives about child sexual abuse in Kenya. *Child abuse & neglect*, *33*(8), 524-532.

Quebrar o Silêncio - apoio para homens e rapazes vítimas de violência sexual. (2023). *Princípios básicos para a prevenção da violência sexual contra crianças: conhecer, identificar e agir. Guia para profissionais.*

Querido, A. (2010) *Representações sociais em torno do Abuso Sexual de Crianças*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Coimbra. Universidade de Coimbra. Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação.

Rezendes, M. (2015). *Spotlight on the Catholic Church's Darkest Secrets*. *The Boston Globe*.

Sapp, M. V., & Vandeven, A. M. (2005). Update on childhood sexual abuse. *Current opinion in pediatrics*, *17*(2), 258-264.

Schober, P., Boer, C., & Schwarte, L. A. (2018). Correlation coefficients: appropriate use and interpretation. *Anesthesia & analgesia*, *126*(5), 1763-1768.

Smallbone, S., Marshall, W. L., & Wortley, R. (2008). Preventing child sexual abuse. *Evidence, policy and practice. Cullompton: Willan Publishing*.

Schneider, M., & Hirsch, J. S. (2020). Comprehensive sexuality education as a primary prevention strategy for sexual violence perpetration. *Trauma, Violence, & Abuse*, *21*(3), 439-455.

Sue, V. M., & Ritter, L. A. (2012). *Conducting online surveys*. Sage Publications.

Taveira, F., Frazão, S., Dias, R., Matos, E., & Magalhães, T. (2009). O abuso sexual intra e extrafamiliar. *Acta Médica Portuguesa*, *22*(6), 759-66.

Terry, K. J. (2008). Child Sexual Abuse in the Catholic Church: A Decade of Crisis, 2002-2012.

The Vatican. (2019). *Guidelines for the Protection of Minors and Vulnerable Adults*. Vatican City.

Topping, K. J., & Wolfendale, S. (2003). *Promoting the Emotional Wellbeing of Children and Young People: A Handbook for Teachers and Practitioners*. Routledge.

Tremblay, C., Hébert, M., & Piché, C. (1999). Coping strategies and social support as mediators of consequences in child sexual abuse victims. *Child abuse & neglect*, *23*(9), 929-945.

Trickett, P. K., Noll, J. G., Reiffman, A., & Putnam, F. W. (2001). Variants of intrafamilial sexual abuse experience: Implications for short-and long-term development. *Development and psychopathology*, *13*(4), 1001-1019.

Walsh, K., Bridgstock, R., Farrell, A., Rassafiani, M., & Schweitzer, R. (2008). Case, teacher and school characteristics influencing teachers' detection and reporting of child physical and sexual abuse: Results from an Australian survey. *Child Abuse & Neglect*, 32(10), 983-993.

Walsh, K., Zwi, K., Woolfenden, S., & Shlonsky, A. (2015). School-based education programs for the prevention of child sexual abuse: A cochrane systematic review and meta-analysis. *Research on Social Work Practice*, 28(1), 33-55.

Witt, A., Brähler, E., Plener, P. L., & Fegert, J. M. (2022). Different contexts of sexual abuse with a special focus on the context of Christian institutions: results from the general population in Germany. *Journal of interpersonal violence*, *37*(5-6), NP3130-NP3151.

Worl Health Organization. (2017). *Guidelines for the prevention of child abuse in educational settings*. World Health Organization.

World Health Organization. (2017). *Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines*. World Health Organization.

Wright, K. B. (2005). Researching Internet-Based Populations: Advantages and Disadvantages of Online Survey Research, Online Questionnaire Authoring Software Packages, and Web Survey Services. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 10(3), JCMC1034.

Wurtele, S. K. (2009). Sexual abuse prevention: A comprehensive approach for children and adults. *Child Abuse & Neglect*, 33(1), 3-15. Link

Zwi, K., Woolfenden, S., Wheeler, D., O'Brien, T., Tait, P., & Williams, K. (2007). School-based education programmes for the prevention of child sexual abuse. *Campbell Systematic Reviews*, *3*(1), 1-40.

Anexos

Anexo A – Questionário

Block 1

Informação para caracterização sociodemográfica

Para efeitos de caracterização geral, pode indicar-nos a sua idade (em anos):

- ○ 18-24
- ○ 25-30
- ○ 31-35
- ○ 36-40
- ○ 41-45
- ○ 46-50
- ○ 51-55
- ○ 56-60
- ○ 61-65
- ○ +65

Para efeitos de caracterização geral, pode indicar-nos se é:

- ○ Homem
- ○ Mulher
- ○ Prefere não responder

Há quantos anos é professor de EMRC?

- ○ 1-3
- ○ 4-6
- ○ 7-10
- ○ 11-15
- ○ 16-20
- ○ +20

Ao longo destes anos, tem sido professor de EMRC sobretudo em:

- ○ Escolas públicas
- ○ Escolas privadas
- ○ Em ambas
- ○ Prefiro não responder

Block 2

Sobre a temática do abuso sexual

Já teve algum tipo de formação na temática do abuso sexual infantil?

- ○ Sim
- ○ Não

Se sim, quando? (ano)

Se sim, com que duração?

- ○ 1-3 horas
- ○ 4-6 horas
- ○ 7-12 horas
- ○ + 12 horas

Já teve oportunidade de aplicar materiais de prevenção do abuso sexual no passado? Para responder a esta questão pense exclusivamente em: livros específicos que abordam esta temática (por ex., Kiko e a mãozinha), ou outros materiais pedagógicos específicos (por ex., "Buzio e Coral"; "Picos e Avelã").

- ○ Sim. Quando?
- ○ Não

Em caso afirmativo, como avalia a experiência de ter aplicado esses materiais?

- ○ Muito negativa
- ○ Negativa
- ○ Positiva
- ○ Muito positiva

Block 6

Sobre a prevenção do abuso sexual, como avalia a seguinte afirmação (variando de 0, "nada importante" a 100, "muitíssimo importante")

	0	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Aplicar materiais e programas de prevenção do abuso sexual infantil é algo que vejo como...	○										

Sobre a prevenção do abuso sexual, quão provável é a seguinte afirmação (use o cursor que pode variar de 0, "totalmente improvável" a 100, "muitíssimo provável")

Tenciono vir a aplicar materiais/ programas de prevenção do abuso sexual infantil, nomeadamente os que o Grupo VITA está a elaborar?

A maioria dos outros professores de EMRC é da opinião de que aplicar materiais e programas de prevenção do abuso sexual infantil em contexto de aula é:

0 ="Nada importante" a 100 = "Muitíssimo importante"

0= "Não é de todo da nossa competência" a 100 = "É totalmente da nossa competência"

Aplicar materiais de prevenção do abuso sexual infantil:

0= "É algo para o qual não sinto ter qualquer competência" a 100 = "É algo para o qual sinto ter total competência"

0 = "Muito difícil" a 100 = "Muito fácil"

0 = "Que não consigo de todo fazer" a 100 = "Que consigo perfeitamente fazer"